

EXERCÍCIO
2021

CONTAS DE GOVERNO MUNICIPAL

. . . .

VÁRZEA GRANDE

Processo: 411620/2021

Conselheiro
Valter Albano
Relator

tce
mt





Sumário

1.	Peças de Planejamento	9
2.	Análise do Desempenho da Gestão – Período de 2018 a 2021	12
2.1.	Desempenho Fiscal	12
2.1.1.	Receitas Orçamentárias	12
2.1.1.1.	Receitas Correntes:	14
2.1.1.2.	Receita Tributária Própria:	17
2.1.1.3.	Transferências Correntes:	18
2.1.1.3.1.	Dependência da Cota-parte do FPM, do ICMS, Repasse do SUS e FETHAB em relação a Receita Corrente	19
2.1.1.4.	Principais Tributos: ISSQN-IPTU-TAXAS-ITBI.	20
2.1.1.4.1.	Principais Tributos <i>per capita</i> : ISSQN-IPTU-TAXAS-ITBI.	22
2.1.1.5.	Dependência das Transferências e evolução dos principais Tributos	25
2.1.1.6.	Dívida Ativa	25
2.1.2.	Despesas Orçamentárias:	27
2.1.2.1.	Despesas Correntes:	31
2.1.2.1.1.	Investimentos	35
3.	Resultados da Execução Orçamentária:	37
4.	Resultado Financeiro (Balanço Patrimonial):	38
5.	Dívida Pública:	40
5.1.	Dívida Fundada <i>per capita</i>	41
6.	Limites Constitucionais e legais:	43
6.1.	Educação	43
6.1.1.	Aplicação na Educação (art. 212, da C.F.)	43
6.1.2.	Contribuição e Receitas na Educação Básica	46
6.1.3.	Recursos do FUNDEB gastos com Remuneração dos Profissionais da Educação:	46
6.2.	Saúde:	47
6.3.	Gasto com Pessoal:	50
6.3.1.	Despesa com Pessoal do Poder Executivo	50
6.3.2.	Despesa com Pessoal do Município	52
6.4.	Repasse ao Poder Legislativo:	55





6.5.	Síntese da Observância dos Principais Limites	55
7.	Aspectos Previdenciários	56
7.1.	Resultado de Execução Orçamentária do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	56
7.2.	Contribuições Previdenciárias e Parcelamentos Efetuados	57
7.3.	Resultado Financeiro	58
8.	Indicadores	59
8.1.	Carga Tributária <i>per capita</i>	59
8.2.	Investimento <i>per capita</i>	60
8.3.	Indicador de Poupança Corrente	62
8.4.	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED	64
9.	COVID-19	66
9.1.	Receitas e Despesas – Covid-19	66
9.2.	Receita Arrecadada x Despesa Realizada – Covid-19	68
10.	Do Relatório Técnico de Auditoria: Secex de Receita e Governo	69
11.	Parecer do Ministério Público de Contas.	Erro! Indicador não definido.





Sumário de Quadros

Quadro 1 – Características do município	8
Quadro 2 – Peças de Planejamento	9
Quadro 3 – Distribuição Orçamentária por Unidade	10
Quadro 4 – Demonstrativo das Alterações do Orçamento	11
Quadro 5 – Alterações orçamentárias por Recursos/ Fonte de Financiamento	11
Quadro 6 – Evolução da Receita Estimada – 2018 a 2021 – Atualizada pelo IPCA	11
Quadro 7 – Receita Arrecadada – 2018 a 2021 – Atualizada pelo IPCA	13
Quadro 8 – Receita Tributária Própria – 2018 a 2021 – Atualizada pelo IPCA	17
Quadro 9 – Resultados de Gestão – Receitas 2018 a 2021 – Várzea Grande – (R\$ Milhares) – Atualizado pelo IPCA	25
Quadro 10 – Saldo da Dívida Ativa – 2018 a 2021 – Atualizado pelo IPCA	27
Quadro 11 – Despesa Orçamentária por Função	28
Quadro 12 – Despesas Orçamentárias por Natureza – 2018 a 2021	29
Quadro 13 – Despesas Orçamentárias por Natureza – 2018 a 2021 – Atualizada pelo IPCA	30
Quadro 14 – Despesas 2018 a 2021 – Várzea Grande – Atualizada pelo IPCA	35
Quadro 15 – Despesa de Investimento em Relação à Despesa Total – Atualizada pelo IPCA	35
Quadro 16 – Despesas Liquidadas com Investimento	36
Quadro 17 – Comparativo entre Orçado e Executado – R\$ (excluídas as intraorçamentárias)	37
Quadro 18 – Resultado Orçamentário	37
Quadro 19 – Histórico da Execução Orçamentária – R\$ – Atualizada pelo IPCA	38
Quadro 20 – Resultado Financeiro	39
Quadro 21 – Dívida Pública	40
Quadro 22 – Saldo da Dívida Pública – 2018 a 2021 – Atualizada pelo IPCA	41
Quadro 23 – Receitas com Percentual Vinculado à Educação	43
Quadro 24 – Despesas Realizadas na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	44
Quadro 25 – Aplicação na Educação (art. 212 CF) – 2018 a 2021	44
Quadro 26 – Contribuição e Receitas do FUNDEB	46
Quadro 27 – Cálculo do Limite Constitucional da Remuneração dos Profissionais do Magistério	46
Quadro 28 – Remuneração dos Profissionais do Magistério (%) – 2018 a 2021	47
Quadro 29 – Receitas com Percentual Vinculado à Saúde	48
Quadro 30 – Despesas Realizadas com a Saúde – R\$	48
Quadro 31 – Gastos com Saúde (%) – 2018 a 2021	49
Quadro 32 – Base de Cálculo: Pessoal – RCL	51





Quadro 33 – Despesa com Pessoal – Consolidado	53
Quadro 34 – Despesa com Pessoal do Município (%)	53
Quadro 35 – Histórico de Despesa com Pessoal (%) – 2018 a 2021	53
Quadro 36 – Repasse para o Legislativo – Art.29-A, CF/88.....	55
Quadro 37 – Repasse para o Legislativo (%) – 2018 a 2021	55
Quadro 38 – Principais Limites Constitucionais e Legais alcançados	56
Quadro 39 – Resultado da Execução Orçamentária – RPPS – Atualizado pelo IPCA	57
Quadro 40 – Critérios de Classificação do Indicador de Poupança Corrente	63
Quadro 41 – Indicador de Poupança Corrente	63
Quadro 42 – Flutuação do Emprego Formal – 2018 a 2021.....	64
Quadro 43 – Flutuação do Emprego Formal com Ajustes – 2021	65
Quadro 44 – Ocupações com os Maiores e Menores Saldos – 2021	65
Quadro 45 – Salário Médio de Admissão – 2021	65
Quadro 46 – Receita Arrecadada Covid – 2021	67
Quadro 47 – Despesas Empenhada x Liquidada x Paga – Covid-19 – 2021.....	67
Quadro 48 – Resultado Orçamentário Covid19 – 2021	68





Sumário de Gráficos

Gráfico 1 – Distribuição Orçamentária	10
Gráfico 2 – Evolução da Receita Estimada – Atualizada pelo IPCA	12
Gráfico 3 – Composição da Receita Arrecadada – 2021	13
Gráfico 4 – Histórico das Receitas Correntes – 2018 a 2021 (R\$ Milhões) – Atualizada pelo IPCA	15
Gráfico 5 – Crescimento das Receitas Correntes – 2018/2021 – Atualizada pelo IPCA	15
Gráfico 6 – Receita Corrente <i>per capita</i> – 2021 (R\$).....	16
Gráfico 7 – Evolução das Transferências Correntes (Liq. Deduções) – Atualizada pelo IPCA.....	16
Gráfico 8 – Receita Arrecadada x Receita Tributária Própria – Atualizada pelo IPCA.....	18
Gráfico 9 – Dependência dos municípios em relação as Transferências Correntes / Relação as Receitas Correntes – 2018 a 2021	19
Gráfico 10 – Percentual de Dependência dos municípios em relação a Cota-parte FPM, ICMS, do Repasse do SUS e do FETHAB / Receita Corrente – Atualizado pelo IPCA	20
Gráfico 11 – Variação dos Principais Tributos – 2018/2021 – Atualizado pelo IPCA.....	21
Gráfico 12 – Evolução dos Principais Tributos – Município - 2018 a 2021 – Atualizado pelo IPCA	22
Gráfico 13 – ISSQN <i>per capita</i> – 2018 a 2021 – Atualizado pelo IPCA	23
Gráfico 14 – IPTU <i>per capita</i> – 2018 a 2021 – Atualizado pelo IPCA	23
Gráfico 15 – ITBI <i>per capita</i> – 2018 a 2021 – Atualizado pelo IPCA	24
Gráfico 16 – Taxas <i>per capita</i> – 2018 a 2021 – Atualizado pelo IPCA	24
Gráfico 17 – Saldo da Dívida Ativa x % Recebimento da Dívida Ativa – Atualizado pelo IPCA	26
Gráfico 18 – Evolução das Despesas Realizadas – 2018 a 2021 – Atualizado pelo IPCA.....	29
Gráfico 19 – Despesas Realizadas por Natureza – 2021	30
Gráfico 20 – Histórico das Despesas	31
Gráfico 21 – Evolução das Despesas Correntes – Município – 2018 a 2021 – Atualizada pelo IPCA	32
Gráfico 22 – Evolução das Despesas Correntes <i>per capita</i> – 2018 a 2021 – Atualizada pelo IPCA	33
Gráfico 23 – Despesas Correntes <i>per capita</i> x Carga Tributária <i>per capita</i> – 2018 a 2021 – Atualizada pelo IPCA.....	33
Gráfico 24 – Evolução da Despesa de Pessoal e Encargos Sociais <i>per capita</i> – 2018 a 2021 – Atualizada pelo IPCA.....	34
Gráfico 25 – Despesa de investimento x Despesa Total	36
Gráfico 26 – Resultado Orçamentário – Atualizado pelo IPCA.....	38
Gráfico 27 – Quociente da Situação Financeira – Município – 2018 a 2021	39
Gráfico 28 – Saldo da Dívida Pública – Atualizada pelo IPCA	41
Gráfico 29 – Indicador de Dívida Fundada <i>per capita</i> em Reais – Município – 2018 a 2021 – Atualizada pelo IPCA	42





Gráfico 30 – Relação Dívida Fundada / Receita Corrente – Atualizada pelo IPCA.....	42
Gráfico 31 – % Aplicado na Educação	45
Gráfico 32 – Investimentos em Educação por Aluno – 2018 a 2021 – Atualizado pelo IPCA.....	45
Gráfico 33 – % Aplicado na Remuneração do Magistério	47
Gráfico 34 – % Aplicado na Saúde	49
Gráfico 35 – Despesa com Saúde <i>per capita</i> – 2018 a 2021 – Atualizada pelo IPCA	50
Gráfico 36 – % Aplicado com Despesa de Pessoal do Poder Executivo	52
Gráfico 37 – % Aplicado com Despesa de Pessoal do Município	54
Gráfico 38 – Evolução da Receita Corrente Líquida e Despesa de Pessoal do Poder Executivo e do Município – Atualizada pelo IPCA.....	54
Gráfico 39 – Receitas Arrecadadas x Despesas Liquidadas – Atualizado pelo IPCA.....	58
Gráfico 40 – Índice de Receitas Arrecadadas x Despesas Liquidadas	59
Gráfico 41 – Indicador de Carga Tributária <i>per capita</i> – 2018 a 2021 – Atualizado pelo IPCA.....	60
Gráfico 42 – Despesa com Investimento <i>per capita</i> – 2018 a 2021 – Atualizado pelo IPCA	61
Gráfico 43 – % de Investimento por Receitas Correntes – 2018 a 2021	62
Gráfico 44 – Despesas Covid-19 por Elemento – 2021	68
Gráfico 45 – Percentual de Execução Orçamentária Covid19 – 2020/2021	69





PROCESSO : 41.162-0/2021
ASSUNTO : Contas Anuais – Exercício de 2021
INTERESSADO : Prefeitura Municipal de Várzea Grande
RESPONSÁVEL : Kalil Sarat Baracat de Arruda
RELATOR : Conselheiro Valter Albano da Silva

Relatório – Governo

1. Trata o processo das Contas Anuais de Governo do Município de **Várzea Grande**, referentes ao exercício de **2021**, gestão do senhor **Kalil Sarat Baracat de Arruda**, submetido à análise deste Tribunal de Contas em razão da competência disposta nos § 1º e 2º, e *caput*, do art. 31 da Constituição da República, combinado com o inc. I do art. 210 da Constituição Estadual e com o inc. I do art. 1º da Lei Complementar Estadual 269, de 29/01/2007 – Lei Orgânica deste Tribunal de Contas. Estas contas representam o desempenho dos Poderes Executivo e Legislativo.

Localização geográfica do Município de Várzea Grande





Quadro 1 – Características do município

MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE		
Data de Criação		23/09/1948
Área geográfica		1048 km²
Distância da Capital		9 km
População – IBGE		290.383 Habitantes
PARECER PRÉVIO PELO TCE - MT (2018 a 2020)		
Exercício	Responsável	Parecer
2018	Lucimar Sacre de Campos	Parecer Prévio Favorável
2019	Lucimar Sacre de Campos	Parecer Prévio Favorável
2020	Lucimar Sacre de Campos	Parecer Prévio Favorável

Fontes: IBGE, INEP, Site TCE MT(Contas Anuais)

2. As presentes contas foram apresentadas com os respectivos demonstrativos contábeis e encaminhadas pelo citado gestor e pelo contador do município, senhor **Luiz Marcel Leon Bordest**, inscrito no Conselho Regional de Contabilidade – CRC-MT sob o número 017239/O-4.
3. Durante o exercício analisado, o sistema de Controle Interno do Município ficou sob a responsabilidade do senhor **Juliano Marçal Rosa Junior**, Controlador Interno municipal.
4. Com o intuito de realizar análise complementar, os resultados de Várzea Grande foram comparados com a média do grupo em que o município está inserido, de acordo com o IGFM-MT/TCE, ou seja, **Grupo 5 - com população acima de 50.000 habitantes**. Os resultados foram também comparados com a média geral dos municípios do Estado de Mato Grosso.
5. A classificação de agrupamento populacional segue o seguinte critério:
 - Grupo 1 – municípios com até 5.000 habitantes
 - Grupo 2 – municípios entre 5.001 e 10.000 habitantes
 - Grupo 3 – municípios entre 10.001 e 20.000 habitantes
 - Grupo 4 – municípios entre 20.001 e 50.000 habitantes
 - **Grupo 5 – municípios acima de 50.000 habitantes**





6. Foram examinados os resultados da Gestão Fiscal de **Várzea Grande** em 2021, comparados aos obtidos nos anos de 2018 a 2020, com valores atualizados pelo índice IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, de 31.12.2021.

1. Peças de Planejamento

Plano Plurianual – PPA - Lei que estabelece de forma regionalizada as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Vigora por quatro anos, sendo elaborado no primeiro ano do mandato presidencial, abrangendo até o primeiro ano do mandato seguinte¹.

Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO) - Estabelece quais serão as metas e prioridades para o ano seguinte. Para isso, fixa o montante de recursos que o governo pretende economizar; traça regras, vedações e limites para as despesas dos Poderes; autoriza o aumento das despesas com pessoal; regulamenta as transferências a entes públicos e privados; disciplina o equilíbrio entre as receitas e as despesas; indica prioridades para os financiamentos pelos bancos públicos².

Lei Orçamentária Anual (LOA) - É a lei orçamentária propriamente dita, possuindo vigência para um ano. Ela estima a receita e fixa a despesa do exercício financeiro, ou seja, aponta como o governo vai arrecadar e como irá gastar os recursos públicos³.

Créditos Adicionais - São eles autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na lei de orçamento. Em outras palavras, os créditos adicionais são instrumentos de ajustes orçamentários, sendo “fundamental para oferecer flexibilidade e permitir a operacionalidade de qualquer sistema orçamentário” e que visam a atender as seguintes situações: corrigir falhas da LOA; mudança de rumos das políticas públicas; variações de preço de mercado de bens e serviços a serem adquiridos pelo governo; e situações emergenciais imprevistas⁴.

7. O Poder Executivo elaborou as três peças de planejamento – o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA e as enviou a este Tribunal para subsidiar a análise das contas anuais, conforme demonstrado no Quadro 2:

Quadro 2 – Peças de Planejamento

PEÇAS DE PLANEJAMENTO	NÚMERO DO PROCESSO	NÚMERO DA LEI	DATA DA LEI	AUTORIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
PPA	52-3/2018	4323/2017	14/12/2017	-
LDO	93-0/2021	4680/2020	15/12/2020	-
LOA	94-9/2021	4681/2020	15/12/2020	10,00%

Fontes: [Control P e Sistema Aplic.](#)

¹ <http://www.tesouro.gov.br/pt/-/glossario>

² <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/ldo>

³ <https://www12.senado.leg.br/orcamento/glossario/lei-orcamentaria-anual-loa>

⁴ <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A14D110A73014D1EFE5B2520D8>





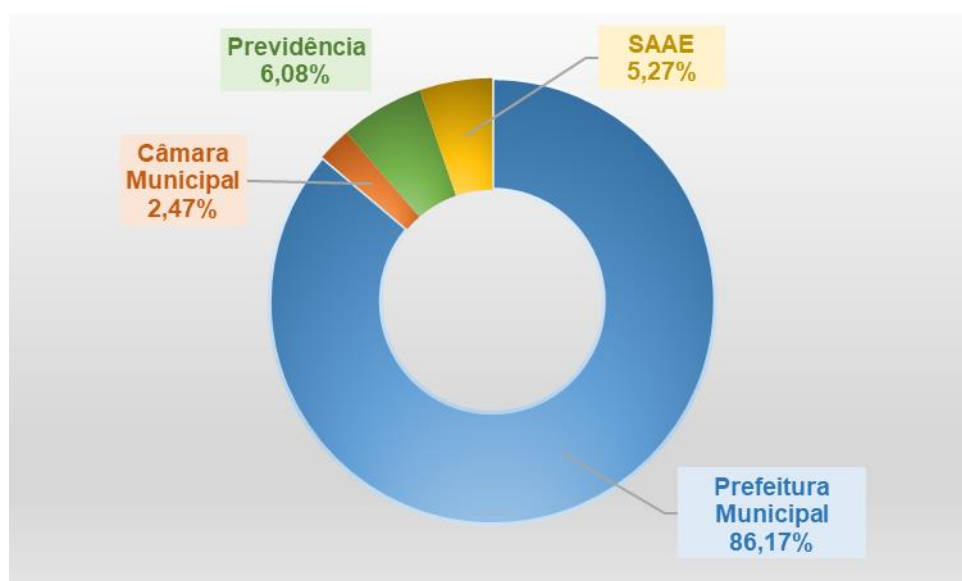
8. A LOA estimou a receita e fixou a despesa do Município em **R\$ 901.949.452,00** (novecentos e um milhões, novecentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais), com autorização para abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de **10%** (dez por cento) do orçamento, tendo a distribuição por órgão e entidade demonstrada no Quadro 3:

Quadro 3 – Distribuição Orçamentária por Unidade

	VALOR (R\$)	% Desp
Administração Direta	799.570.224,00	88,65%
Prefeitura Municipal	777.250.224,00	86,17%
Câmara Municipal	22.320.000,00	2,47%
Administração Indireta	102.379.228,00	11,35%
Previdência	54.828.417,00	6,08%
SAAE	47.550.811,00	5,27%
Total Geral Fixado	901.949.452,00	100,00%

Fontes: LOA e Site TCE MT(Contas Anuais)

Gráfico 1 – Distribuição Orçamentária



9. Durante o exercício de 2021, ocorreram diversas alterações orçamentárias, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares e/ou especiais, que modificaram o valor do orçamento inicial, conforme exposto no Quadro 4:





Quadro 4 – Demonstrativo das Alterações do Orçamento

Orçamento inicial		R\$ 901.949.452,00
créditos adicionais	suplementar	R\$ 453.851.579,47
	especial	R\$ 1.600.895,09
	extraordinário	R\$ 0,00
Transposição		R\$ 0,00
Redução		R\$ 304.305.370,34
Orçamento Final		R\$ 1.053.096.556,22
Variação% OF/OI		16,76%
Alterações% - Créditos Adicionais/ Orç. Inicial		50,50%

Fontes: [LOA](#) e [Site TCE MT\(Contas Anuais\)](#)

Quadro 5 – Alterações orçamentárias por Recursos/ Fonte de Financiamento

Recursos / Fonte de Financiamento	Total
Anulação de Arrecadação	304.305.370,34
Excesso de Arrecadação	18.938.044,40
Operação de Crédito	98.749.134,41
Superávit Financeiro	33.459.925,41
Total Créditos Adicionais	455.452.474,56

Fontes: [Contas Anuais](#)

10. A série histórica da Lei Orçamentária, no período de 2018 a 2021, indica que a Administração Municipal reduziu a estimativa de suas receitas no último exercício, conforme se pode observar no Quadro 6:

Quadro 6 – Evolução da Receita Estimada – 2018 a 2021 – Atualizada pelo IPCA

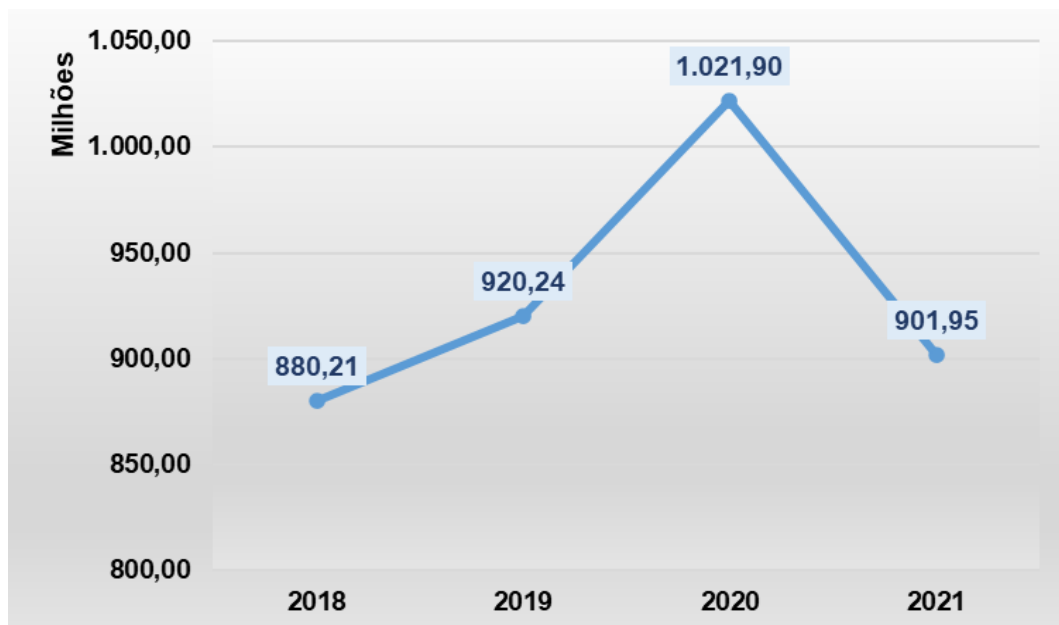
	2018	2019	2020	2021
Receita Estimada - R\$	880.205.254,08	920.240.753,37	1.021.900.062,00	901.949.452,00
Variação %	-	4,55%	11,05%	-11,74%

Fonte: [Site TCE MT\(Contas Anuais\)](#)





Gráfico 2 – Evolução da Receita Estimada – Atualizada pelo IPCA



Fonte: [Site TCE MT\(Contas Anuais\)](#)

2. Análise do Desempenho da Gestão – Período de 2018 a 2021

2.1. Desempenho Fiscal

2.1.1. Receitas Orçamentárias

São disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício orçamentário e constituem elemento novo para o patrimônio público. As receitas orçamentárias são fontes de recursos utilizadas pelo Estado em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade. É por meio dessa receita que o gestor viabiliza a execução das políticas públicas.

11. As receitas efetivamente arrecadadas pelo Município totalizaram **R\$ 875.629.169,86** (oitocentos e setenta e cinco milhões, seiscentos e vinte e nove mil, cento e sessenta e nove reais e oitenta e seis centavos).

12. A série histórica das receitas orçamentárias do Município, no período de 2018 a 2021, revela crescimento da arrecadação até 2020, conforme demonstrado no Quadro 7:



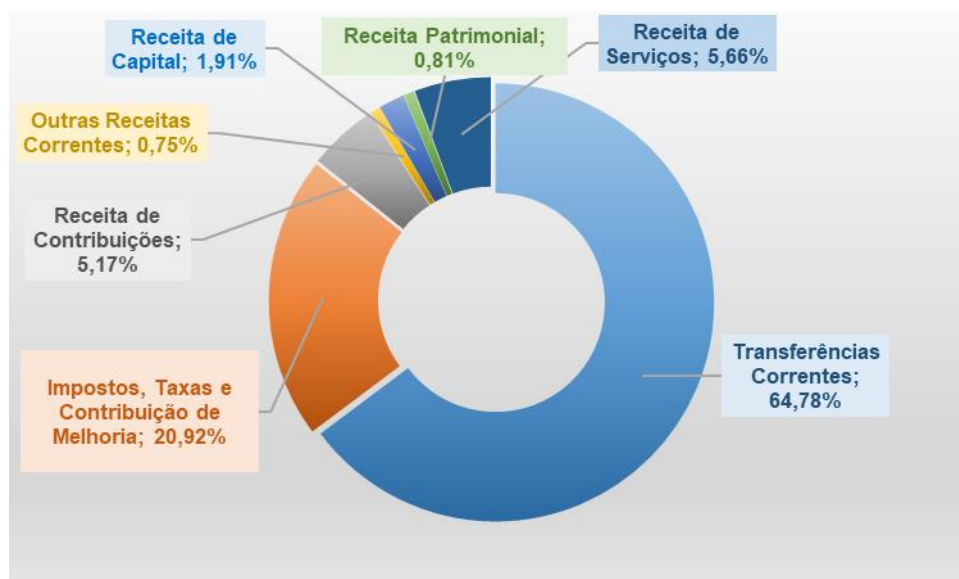


Quadro 7 – Receita Arrecadada – 2018 a 2021 – Atualizada pelo IPCA

Origens das Receitas	2018	2019	2020	2021
Receitas Correntes (Bruta)	692.416.615,40	785.047.732,98	894.423.256,07	915.924.128,83
Receitas Correntes (liq. Ded)	647.850.527,48	737.661.851,89	847.353.836,50	858.873.732,54
Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	140.550.892,27	152.206.935,15	158.108.060,52	183.245.225,91
Receita de Contribuições	38.719.300,64	46.310.818,23	47.010.676,97	45.262.582,80
Receita Patrimonial	3.506.019,90	1.917.065,52	15.994.578,64	7.065.918,27
Receita de Serviços	45.301.289,78	50.951.711,85	52.188.155,72	49.542.384,73
Transferências Correntes	455.357.561,56	523.405.422,49	614.020.621,20	624.260.818,78
Outras Receitas Correntes	8.981.551,25	10.255.779,74	7.101.163,03	6.547.198,34
Receitas de Capital	20.470.959,44	61.163.014,78	87.159.414,73	16.755.437,32
Operações de Crédito	470.408,83	43.261.512,20	68.237.855,65	0,00
Alienação de Bens	895.663,90	0,00	0,00	1,00
Transferências de Capital	19.104.886,71	17.901.502,58	18.921.559,08	16.755.436,32
Receitas Intraorçamentárias	31.487.531,22	36.904.786,88	41.196.734,12	37.316.558,18
Deduções	-44.566.087,92	-47.385.881,09	-47.069.419,58	-57.050.396,29
FUNDEB	-44.531.358,90	-47.385.130,55	-47.007.911,77	-57.050.396,29
Renúncia de Receita	0,00	-664,27	-50.919,78	0,00
Outras Deduções	-34.729,01	-86,27	-10.588,03	0,00
Total das Receitas	699.809.018,14	835.729.653,54	975.709.985,34	912.945.728,04
Total das Receitas (excluído as intraorçamentárias)	668.321.486,92	798.824.866,66	934.513.251,23	875.629.169,86
% Variação	-	19,53%	16,99%	-6,30%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

Gráfico 3 – Composição da Receita Arrecadada – 2021





13. O Gráfico 3 apresenta a relação das receitas, por origem, e com seu total arrecadado no exercício. Destaca-se que **64,78%** (sessenta e quatro inteiros e setenta e oito centésimos percentuais) da receita é proveniente das Transferências Correntes.

2.1.1.1. Receitas Correntes:

As Receitas Correntes são as provenientes de tributos; de contribuições; da exploração do patrimônio estatal (Patrimonial); da exploração de atividades econômicas (Agropecuária, Industrial e de Serviços); de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (Transferências Correntes); e, por fim, das demais receitas que não se enquadram nos itens anteriores (Outras Receitas Correntes).

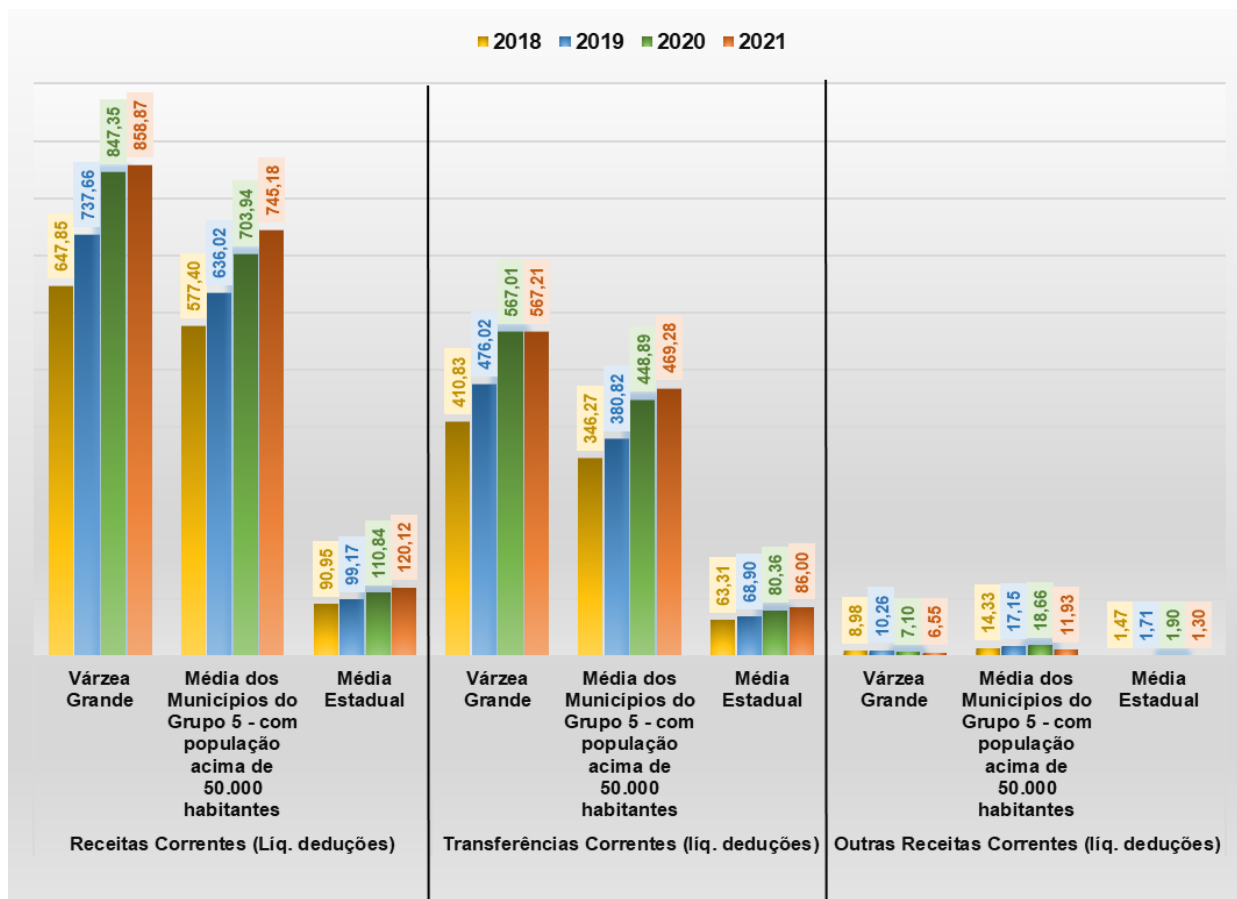
14. Um dos itens detalhadamente examinados neste trabalho foi a gestão das Receitas Correntes, uma vez que sua análise envolve também a política tributária do Município. A Receita corrente de um município reflete também a ação governamental na instituição, cobrança e arrecadação dos tributos desse município.

15. Os Gráficos 4 e 5 demonstram o histórico da arrecadação das receitas correntes, com aumento de **32,57%** (trinta e dois inteiros e cinquenta e sete centésimos percentuais), no período de 2018 a 2021, ficando acima da média dos municípios do Grupo 5, **29,06%** (vinte e nove inteiros e seis centésimos percentuais), e acima da média estadual, **32,07%** (trinta e dois inteiros e sete centésimos percentuais). No mesmo intervalo de tempo, as Transferências Correntes aumentaram em **38,07%** (trinta e oito inteiros e sete centésimos percentuais) e as outras receitas correntes decréscimo **27,10%** (vinte e sete inteiros e dez centésimos percentuais).



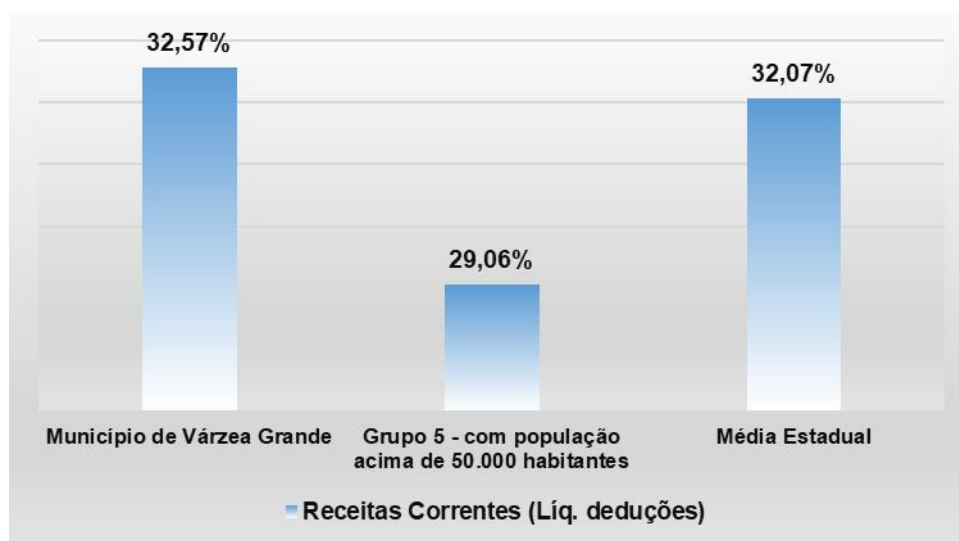


Gráfico 4 – Histórico das Receitas Correntes – 2018 a 2021 (R\$ Milhões) – Atualizada pelo IPCA



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

Gráfico 5 – Crescimento das Receitas Correntes – 2018/2021 – Atualizada pelo IPCA



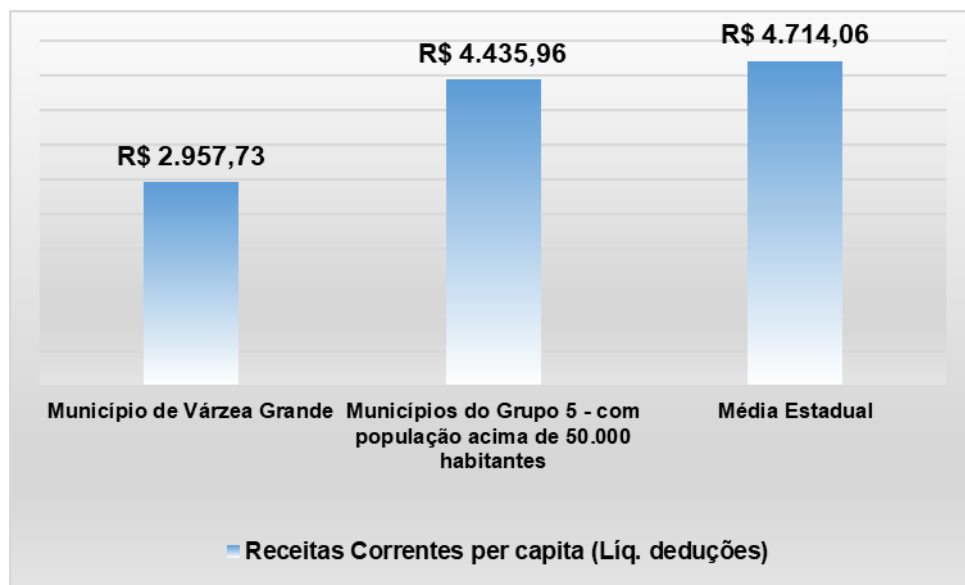
Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022





16. A Receita Corrente *per capita* do Município de Várzea Grande, no exercício de 2021, ficou abaixo da média dos municípios do Grupo 5 e abaixo da média estadual.

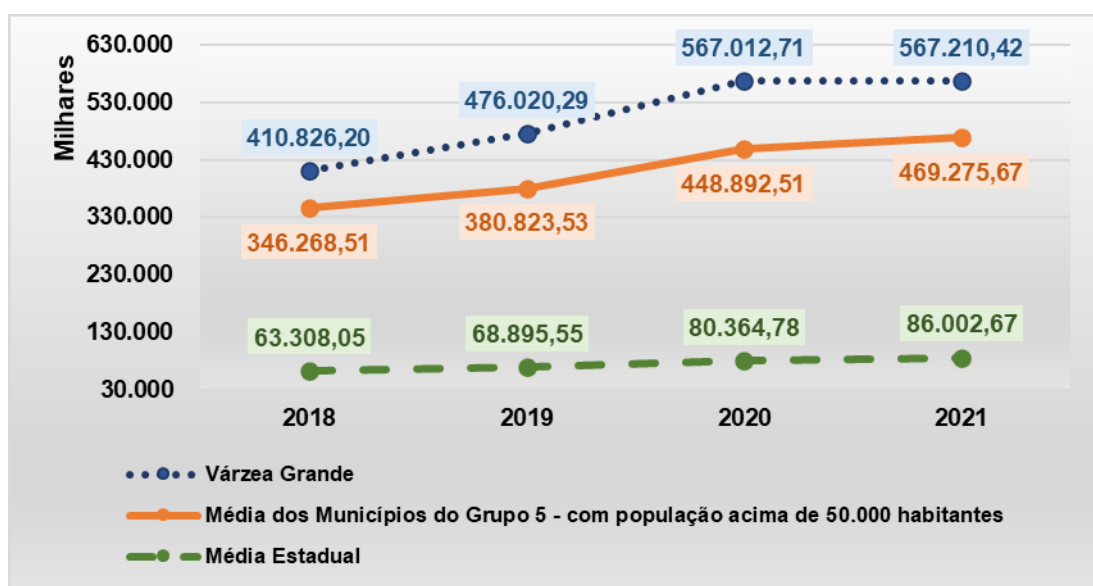
Gráfico 6 – Receita Corrente *per capita* – 2021 (R\$)



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

17. O Gráfico 7 demonstra o histórico das Transferências Correntes, no período de 2018 a 2021.

Gráfico 7 – Evolução das Transferências Correntes (Liq. Deduções) – Atualizada pelo IPCA



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022





2.1.1.2. Receita Tributária Própria:

Compreende o somatório das receitas de impostos de competência própria municipal, das taxas e contribuições, e da receita da dívida ativa.

18. A Receita Tributária Própria, em relação ao total de receitas arrecadadas, já descontada a contribuição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, atingiu o percentual de **20,93%** (vinte inteiros e noventa e três centésimos percentuais), conforme se observa no Quadro 8:

Quadro 8 – Receita Tributária Própria – 2018 a 2021 – Atualizada pelo IPCA

RECEITA TRIBUTÁRIA PRÓPRIA - RTP	2018	2019	2020	2021	% (RECEITA PRÓPRIA - 2021/ RECEITA ARRECADADA LÍQUIDA - 2021)
Impostos, Taxas e Contribuições	118.857.371,37	126.867.243,23	136.290.871,96	150.694.175,38	17,21%
IPTU	26.786.928,88	28.909.283,62	27.513.344,74	31.813.702,78	3,63%
IRRF	19.151.111,00	20.758.042,16	24.128.034,81	22.568.675,65	2,58%
ISSQN	47.285.658,79	50.604.127,15	56.532.714,10	61.351.509,83	7,01%
ITBI	7.997.941,72	9.612.254,90	11.538.460,45	17.714.977,25	2,02%
Taxas	17.635.730,99	16.983.535,40	16.578.317,86	17.245.309,87	1,97%
Multas e Juros de Tributos	895.585,69	1.438.540,17	2.253.333,50	1.778.407,84	0,20%
Dívida Ativa	19.388.573,89	21.544.552,22	17.601.743,67	28.140.418,30	3,21%
Multas e Juros Dívida Ativa	1.359.110,52	2.351.179,08	1.899.835,13	2.632.224,39	0,30%
Total	140.500.641,47	152.201.514,69	158.045.784,26	183.245.225,91	20,93%
Variação %	-	8,33%	3,84%	15,94%	
Variação% (2018/2021)	30,42%				
Variação média%	9,37%				
% (receita própria/ Receita Arrecadada Líquida)	21,02%	19,05%	16,91%	20,93%	

Fonte: Sistema Aplic – Atualizado em 27/07/2022

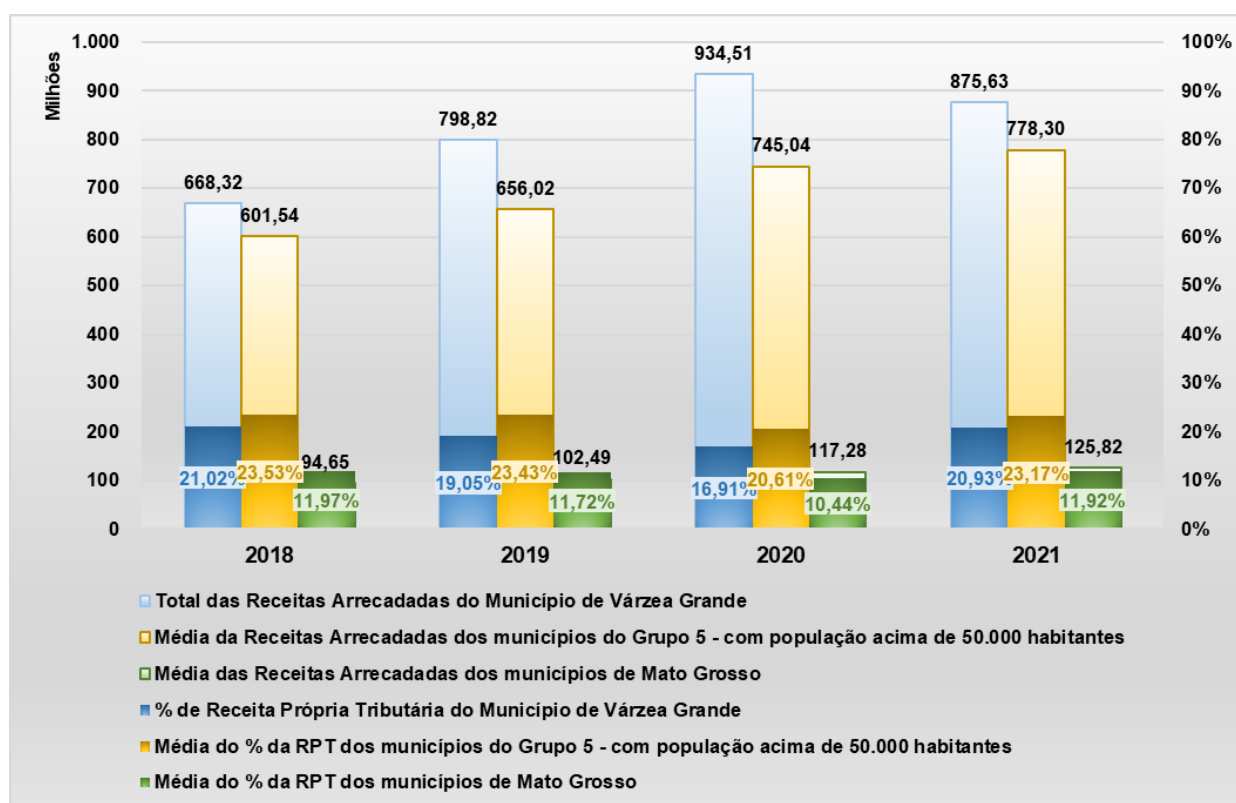
19. As Receitas Tributárias Próprias tiveram incremento de **30,42%** (trinta inteiros e quarenta e dois centésimos percentuais), no período de 2018 a 2021. Todavia esse aumento foi insuficiente para reduzir o nível de dependência do município em relação às transferências, que passaram de **63,41%** (sessenta e três inteiros e quarenta e um centésimos percentuais), em 2018, para **66,04%** (sessenta e seis inteiros e quatro centésimos percentuais), em 2021.





20. O Gráfico 8 demonstra a relação entre as receitas tributárias próprias e as receitas arrecadadas no período de 2018 a 2021. O Município de Várzea Grande apresentou crescimento percentual até 2020, no entanto, ficou abaixo da média dos municípios do Grupo 5 - com população acima de 50.000 habitantes e acima da média estadual.

Gráfico 8 – Receita Arrecadada x Receita Tributária Própria – Atualizada pelo IPCA



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

2.1.1.3. Transferências Correntes:

São recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, independentemente de contraprestação direta de bens e serviços, e podem ser aplicadas em despesas correntes ou de capital.

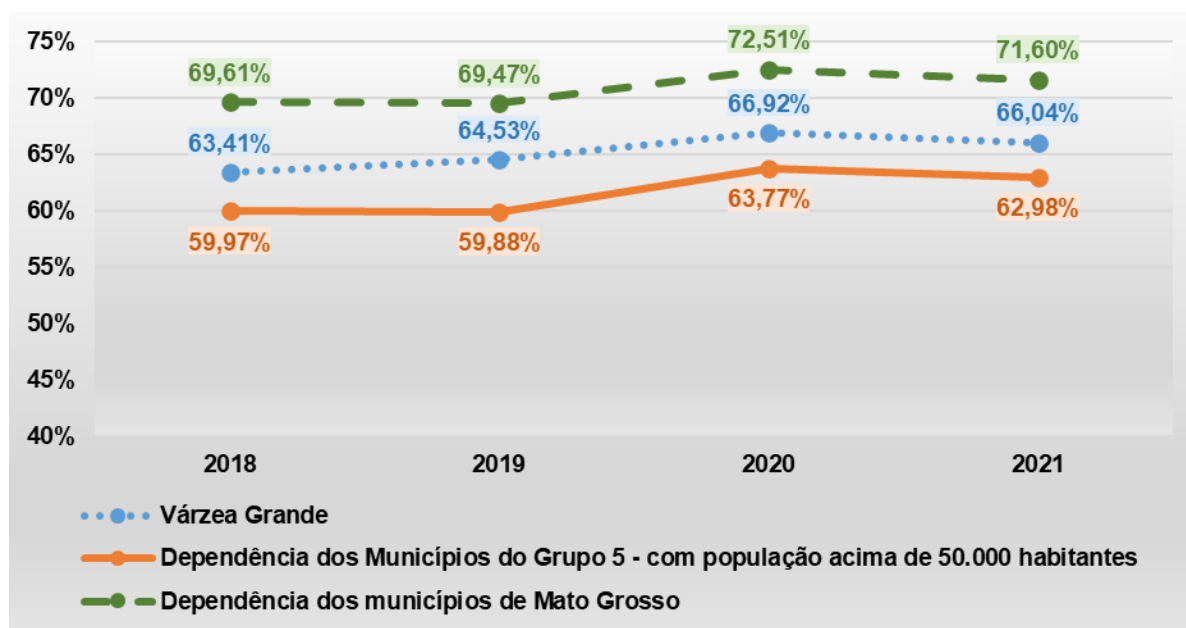
21. A dependência do Município em relação às transferências correntes oscilou entre **66,92%** (sessenta e seis inteiros e noventa e dois centésimos percentuais) e **63,41%** (sessenta e três inteiros e quarenta e um centésimos percentuais) das receitas correntes, entre 2018 e 2021.





22. Ao analisar o grau de dependência de um município em relação às transferências correntes que este recebe, considera-se que, quanto menor o percentual, melhor a situação desse município. Em 2021, o percentual de dependência do Município de Várzea Grande foi de **66,04%** (sessenta e seis inteiros e quatro centésimos percentuais), maior do que a média de dependência dos municípios que compõem o Grupo 5, que atingiu **62,98%** (sessenta e dois inteiros e noventa e oito centésimos percentuais). Em comparação com a média estadual, que foi de **71,60%** (setenta e um inteiros e sessenta centésimos percentuais), Várzea Grande obteve um resultado melhor, pois teve uma menor dependência das transferências correntes. Os percentuais de dependência em relação às transferências correntes estão demonstrados no Gráfico 9.

Gráfico 9 – Dependência dos municípios em relação as Transferências Correntes / Relação as Receitas Correntes – 2018 a 2021



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022
[Receita Corrente e Transferência Corrente Líquidas das deduções](#)

2.1.1.3.1. Dependência da Cota-parte do FPM, do ICMS, Repasse do SUS e FETHAB em relação a Receita Corrente

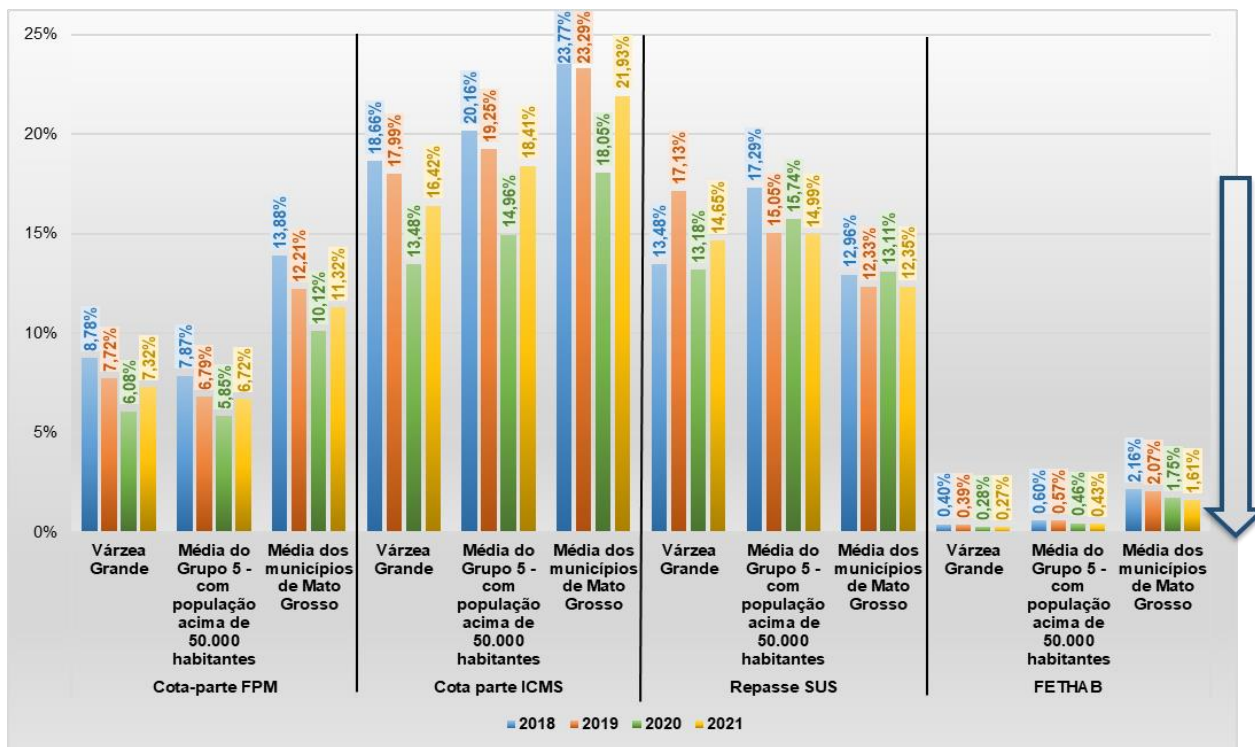
23. O Gráfico 10 demonstra a relação de dependência, em relação à Receita Corrente, dos quatro principais repasses constitucionais e legais; a Cota-parte do Fundo





de Participação dos Municípios – FPM, Cota-parte do ICMS, Repasse do SUS e Fundo Estadual de Transporte e Habitação - FETHAB, no período de 2018 a 2021.

Gráfico 10 – Percentual de Dependência dos municípios em relação a Cota-parte FPM, ICMS, do Repasse do SUS e do FETHAB / Receita Corrente – Atualizado pelo IPCA



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022
Receita Corrente e Transferências Correntes (Cota-partes) Líquidas das deduções

24. Em 2021, dentre as principais transferências já mencionadas, o registro de maior dependência foi com relação à Cota parte ICMS, responsável por **16,42%** (dezesesseis inteiros e quarenta e dois centésimos percentuais) da Receita Corrente de Várzea Grande, colocando o município abaixo da média do Grupo 5 e aquém da média estadual.

2.1.1.4. Principais Tributos: ISSQN-IPTU-TAXAS-ITBI.

25. Os principais tributos de competência do Município, apresentaram o seguinte desempenho, no período de 2018 a 2021:

- **ISSQN**, crescimento de **29,75%**



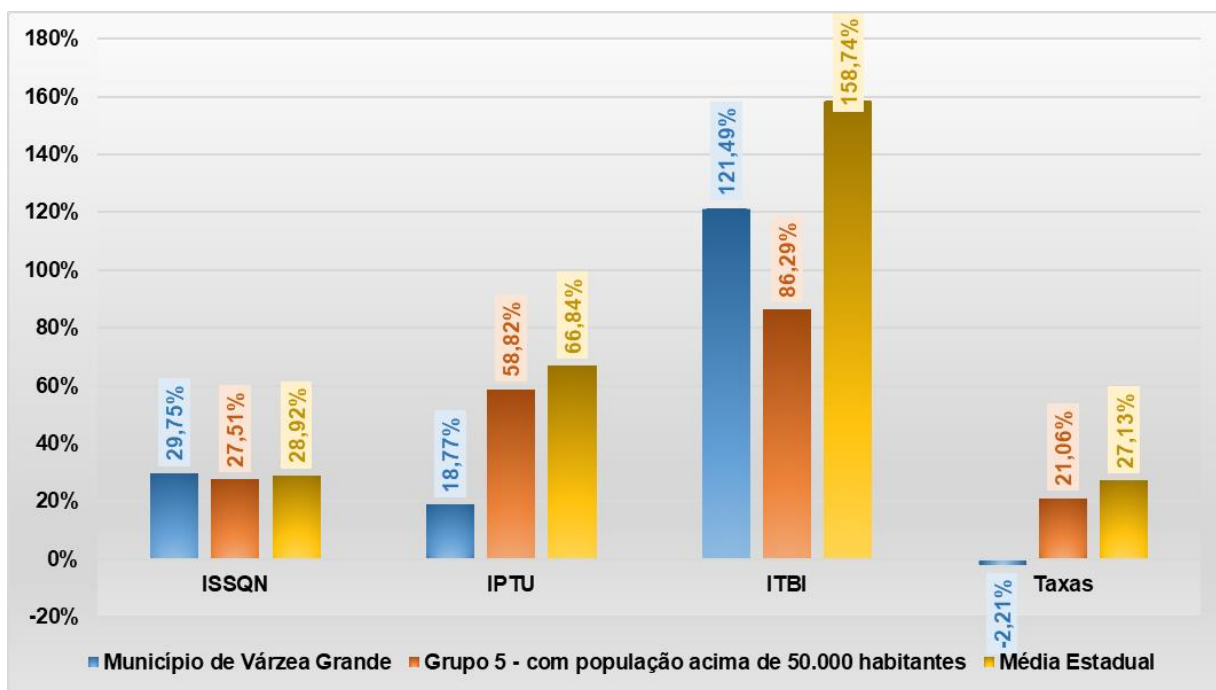


- **IPTU**, crescimento de **18,77%**
- **ITBI**, crescimento de **121,49%**
- **Taxas**, decréscimo de **2,21%**

26. O **ISSQN** representou **7,14%** (sete inteiros e quatorze centésimos percentuais) das Receitas Correntes, em 2021; O **ISSQN**, foi o tributo que apresentou o segundo maior crescimento em arrecadação no período 2018 a 2021. Em 2021, o **IPTU** representou **3,70%** (três inteiros e setenta centésimos percentuais) das Receitas Correntes; o **ITBI** e as **Taxas** constituíram **2,06%** (dois inteiros e seis centésimos percentuais) e **2,01%** (dois inteiros e um centésimo percentual) das Receitas Correntes, respectivamente.

27. A pesquisa permitiu observar que o Município de Várzea Grande, nesse período, obteve crescimento significativo em arrecadação de **ITBI**, ficando acima da média do Grupo 5 e abaixo da média estadual.

Gráfico 11 – Variação dos Principais Tributos – 2018/2021 – Atualizado pelo IPCA



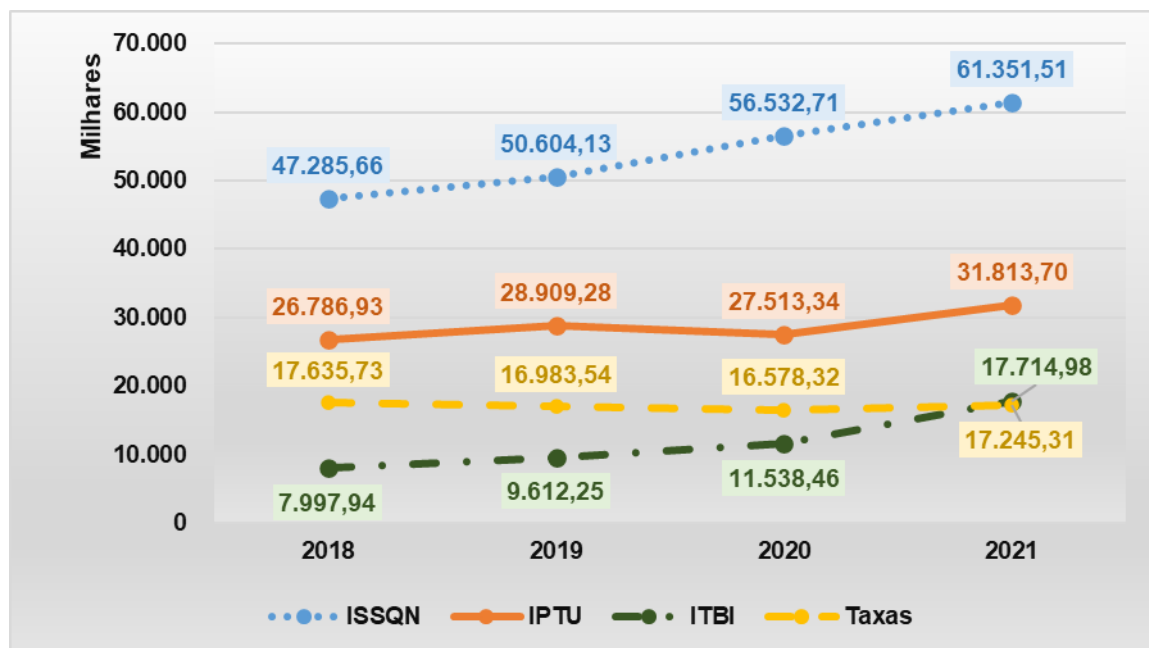
Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022





28. O Gráfico 12 demonstra o desempenho geral de Várzea Grande em relação aos principais tributos, no período de 2018 a 2021:

Gráfico 12 – Evolução dos Principais Tributos – Município - 2018 a 2021 – Atualizado pelo IPCA



Fonte: Sistema Aplic, Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

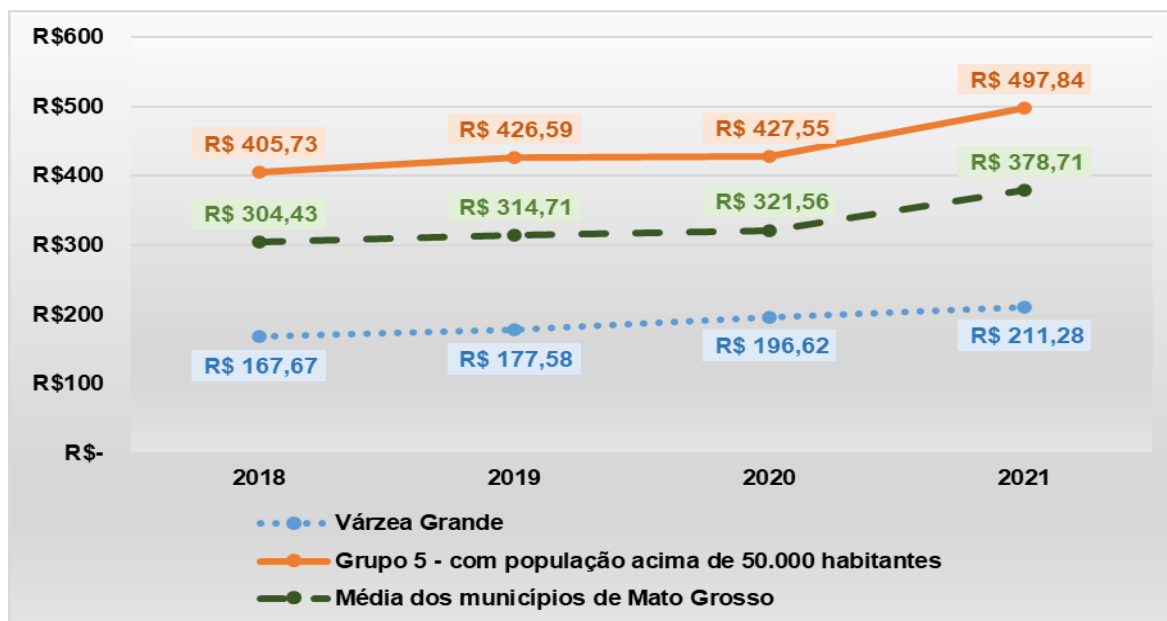
2.1.1.4.1. Principais Tributos *per capita*: ISSQN-IPTU-TAXAS-ITBI.

29. Ao analisar os principais tributos *per capita* do Município de Várzea Grande, no período de 2018 a 2021, é possível verificar que, com relação ao **ISSQN *per capita***, o Município de Várzea Grande apresentou crescimento, porém ficou abaixo da média do Grupo 5 e da média estadual, conforme demonstrado no Gráfico 13.





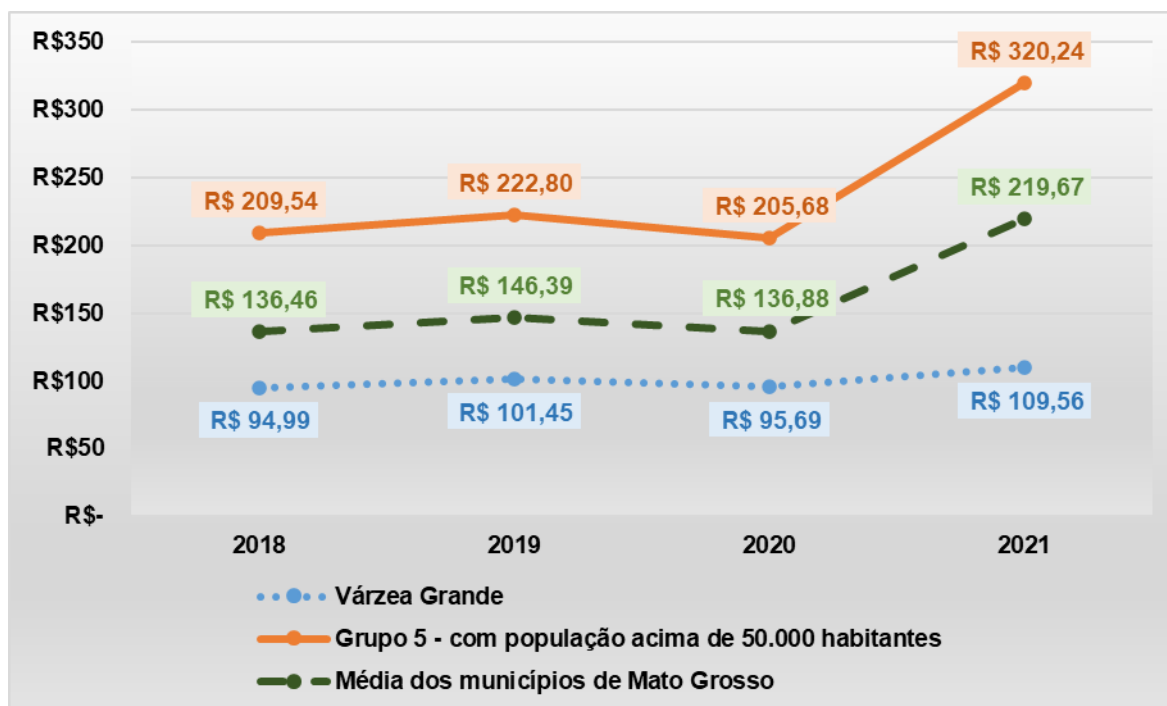
Gráfico 13 – ISSQN *per capita* – 2018 a 2021 – Atualizado pelo IPCA



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

30. Verifica-se que o **IPTU *per capita*** no período de 2018 a 2021, apresentou crescimento, exceto em 2020, no entanto, ficou abaixo da média do Grupo 5, e aquém da média estadual, como ilustrado no Gráfico 14.

Gráfico 14 – IPTU *per capita* – 2018 a 2021 – Atualizado pelo IPCA



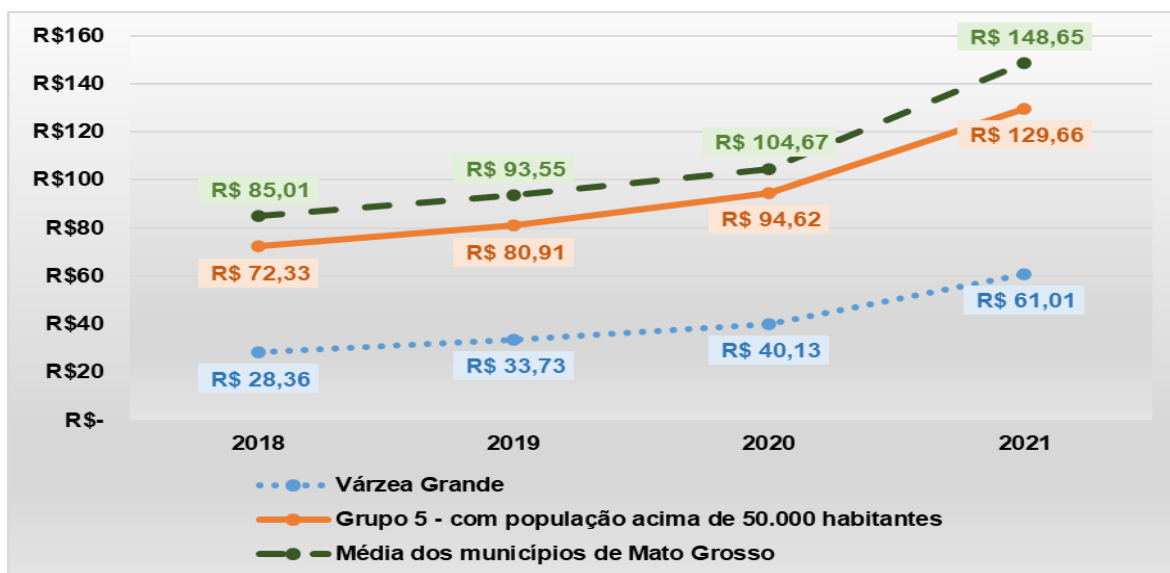
Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022





31. Quanto ao **ITBI per capita**, no período de 2018 a 2021, verifica-se que o referido tributo apresentou crescimento, todavia, ficou abaixo da média do Grupo 5, e abaixo da média estadual, de acordo com o Gráfico 15.

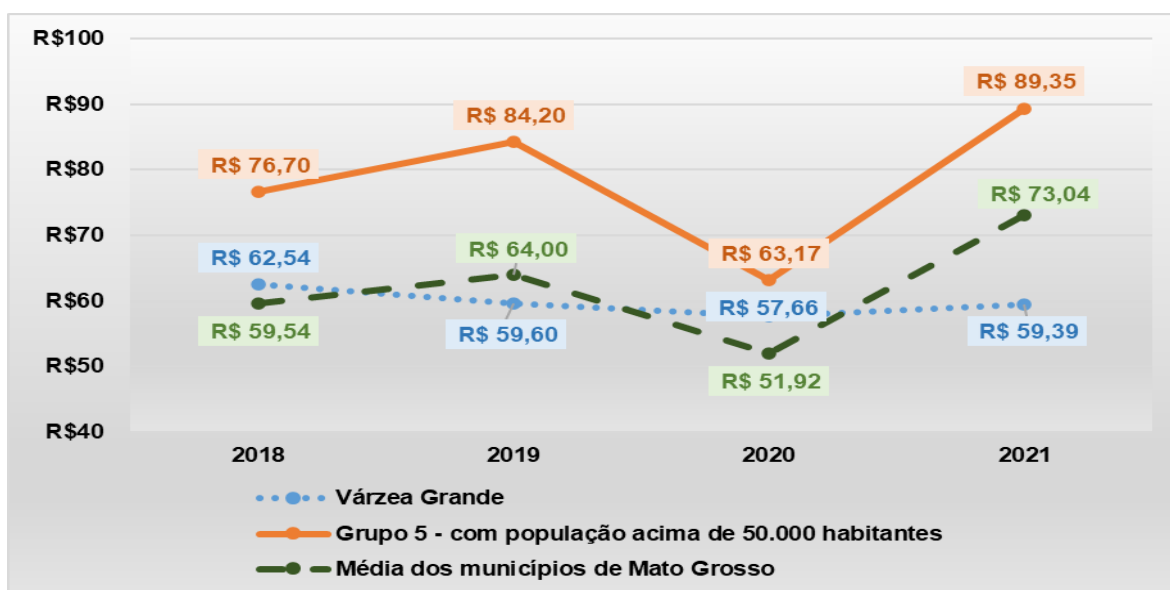
Gráfico 15 – ITBI per capita – 2018 a 2021 – Atualizado pelo IPCA



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

32. Por fim, as **taxas per capita**, no período de 2018 a 2021, apresentaram redução até 2020, ficando abaixo da média do Grupo 5 e abaixo da média estadual, exceto em 2018 e 2020, de acordo com o Gráfico 16.

Gráfico 16 – Taxas per capita – 2018 a 2021 – Atualizado pelo IPCA



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022





2.1.1.5. Dependência das Transferências e evolução dos principais Tributos

33. O desempenho das transferências correntes e da arrecadação do ISSQN e ITBI, seja pelo volume alcançado ou pelo incremento do percentual no período analisado, pode ser observada no Quadro 9.

Quadro 9 – Resultados de Gestão – Receitas 2018 a 2021 – Várzea Grande – (R\$ Milhares) – Atualizado pelo IPCA

Exercício	2018	2019	2020	2021
Dependência das Transferências	63,41%	64,53%	66,92%	66,04%
Receita Corrente (excluída deduções)	647.851	737.662	847.354	858.874
Transferências Correntes	410.826	476.020	567.013	567.210
Outras Receitas Correntes	8.981	10.256	7.101	6.547
ISSQN - Liq. deduções	47.286	50.604	56.533	61.352
Evolução da arrecadação – ISSQN	-	7,02%	11,72%	8,52%
IPTU - Liq. deduções	26.787	28.909	27.513	31.814
Evolução da arrecadação – IPTU	-	7,92%	-4,83%	15,63%
ITBI - Liq. deduções	7.998	9.612	11.538	17.715
Evolução da arrecadação – ITBI	-	20,18%	20,04%	53,53%
Taxas - Liq. deduções	17.636	16.984	16.578	17.245
Evolução da arrecadação – Taxas	-	-3,70%	-2,39%	4,02%

Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

34. Cabe ressaltar que os quatro principais tributos apresentaram aumento na arrecadação em 2021, com destaque para o ITBI e IPTU, cujas receitas cresceram **53,53%** (cinquenta e três inteiros e cinquenta e três centésimos percentuais) e **15,63%** (quinze inteiros e sessenta e três centésimos percentuais), respectivamente, como se apreende do Quadro 9.

2.1.1.6. Dívida Ativa

Créditos com que conta o setor público derivados do não pagamento pelos contribuintes de tributos e/ou de créditos públicos assemelhados (multas, juros e encargos) no decorrer do exercício em que foram lançados.

35. O indicador de recebimento da Dívida Ativa demonstra o esforço realizado pelo Poder Público para resgatar direitos em posse de contribuintes que não cumpriram suas



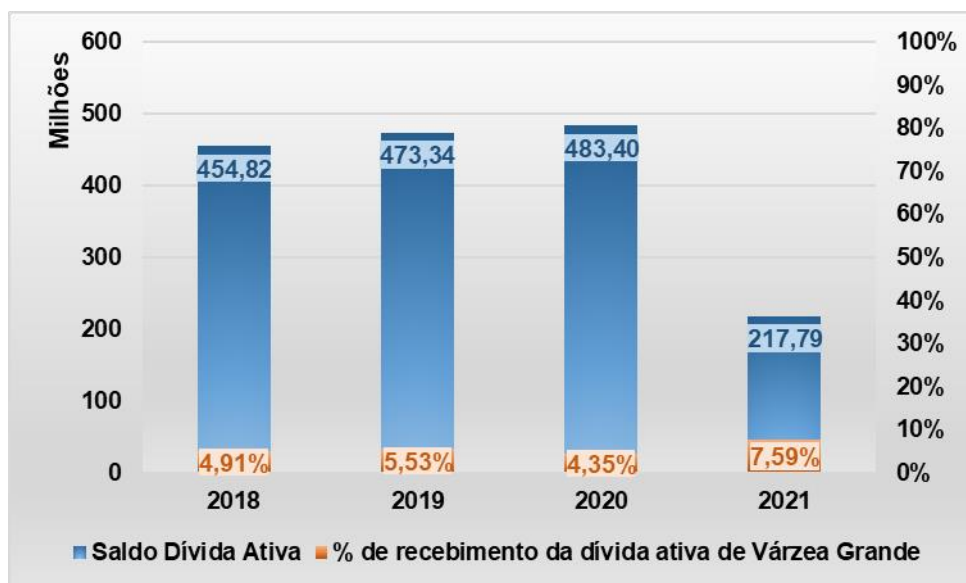


obrigações fiscais. Mede, portanto, o montante recebido em relação ao estoque de débitos, fornecendo evidências sobre o desempenho da área de cobrança fiscal.

36. No período de 2018 a 2021, o Município de Várzea Grande apresentou desempenho mediano na administração e na execução fiscal da Dívida Ativa, tendo o seu percentual de recebimento de Dívida Ativa oscilado de **4,35%** (quatro inteiros e trinta e cinco centésimos percentuais) a **7,59%** (sete inteiros e cinquenta e nove centésimos percentuais).

37. No exercício de 2021, o percentual alcançado foi de **7,59%** (sete inteiros e cinquenta e nove centésimos percentuais), sendo inferior à média dos municípios do Grupo 5, **11,45%** (onze inteiros e quarenta e cinco centésimos percentuais) e inferior da média estadual, **13,17%**, (treze inteiros e dezessete centésimos percentuais).

Gráfico 17 – Saldo da Dívida Ativa x % Recebimento da Dívida Ativa – Atualizado pelo IPCA



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

38. A série histórica do saldo da Dívida Ativa, no período de 2018 a 2021, indica redução significativa do saldo em 2021, conforme se pode observar no Quadro 10:





Quadro 10 – Saldo da Dívida Ativa – 2018 a 2021 – Atualizado pelo IPCA

ESPECIFICAÇÃO	2018	2019	2020	2021
Saldo Dívida Ativa	454.817.551,74	473.339.913,36	483.402.006,81	217.785.852,62
Variação %	-	4,07%	2,13%	-54,95%
% de recebimento da dívida ativa de Várzea Grande	4,91%	5,53%	4,35%	7,59%
Média de % de recebimento da Dívida ativa dos municípios do Grupo 5 - com população acima de 50.000 habitantes	10,56%	12,74%	8,17%	11,45%
Média de % de recebimento da Dívida ativa dos municípios do Estado de MT	11,62%	12,40%	9,27%	13,17%

Fontes: Site TCE MT(Contas Anuais) e Sistema Aplic (anexo 14 consolidado e informes da dívida ativa) – Atualizado em 27/07/2022

2.1.2. Despesas Orçamentárias:

Despesa Orçamentária: é o conjunto de despesas realizadas pelos entes públicos para o funcionamento e a manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade

39. O montante do orçamento inicial de Várzea Grande foi de **R\$ 869.508.143,00** (oitocentos e sessenta e nove milhões, quinhentos e oito mil, cento e quarenta e três reais). A dotação atualizada atingiu o montante de **R\$ 1.011.918.481,78** (um bilhão, onze milhões, novecentos e dezoito mil, quatrocentos e oitenta e um reais e setenta e oito centavos), representando um aumento de **16,38%** (dezesseis inteiros e trinta e oito centésimos percentuais) em relação ao orçamento inicial. As despesas realizadas pelo Município, excluídas as intraorçamentárias, no exercício de 2021, totalizaram **R\$ 869.396.858,86** (oitocentos e sessenta e nove milhões, trezentos e noventa e seis mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e oitenta e seis centavos), representando uma redução de **14,08%** (quatorze inteiros e oito centésimos percentuais) quando comparada a dotação atualizada, com a distribuição por função e por natureza, conforme indicadas nos Quadro 11 e 12:





Quadro 11 – Despesa Orçamentária por Função

DESPESA POR FUNÇÃO	Dotação Inicial (a)	Dotação Atualizada (b)	Despesa Empenhada (c)	% em relação ao total da Despesa Empenhada excluído as intraorçamentárias	% (C/A)
01 - Legislativa	21.895.000,00	21.072.000,80	21.072.000,78	2,42%	96,24%
03 - Essencial à Justiça	9.593.000,00	15.798.403,33	15.391.013,75	1,77%	160,44%
04 - Administração	99.051.072,00	110.110.956,00	101.053.166,55	11,62%	102,02%
06 - Segurança Pública	1.190.000,00	1.190.000,00	691.585,69	0,08%	58,12%
08 - Assistência Social	10.758.430,00	9.564.431,19	5.866.369,77	0,67%	54,53%
09 - Previdência Social	52.740.000,00	54.618.417,00	52.832.784,89	6,08%	100,18%
10 - Saúde	164.566.831,00	229.638.710,96	223.371.143,71	25,69%	135,73%
11 - Trabalho	30.000,00	30.000,00	17.416,00	0,00%	58,05%
12 - Educação	216.415.568,00	237.927.314,68	184.952.811,03	21,27%	85,46%
13 - Cultura	3.990.000,00	4.756.150,00	4.035.926,95	0,46%	101,15%
14 - Direitos da Cidadania	332.000,00	172.000,00	51.754,10	0,01%	15,59%
15 - Urbanismo	182.902.353,00	201.585.145,09	138.922.341,28	15,98%	75,95%
16 - Habitação	90.000,00	90.000,00	650,89	0,00%	0,72%
17 - Saneamento	46.848.087,00	53.901.217,74	53.076.150,74	6,10%	113,29%
18 - Gestão Ambiental	310.000,00	337.000,00	44.058,59	0,01%	14,21%
20 - Agricultura	207.500,00	125.500,00	61.890,72	0,01%	29,83%
22 - Indústria	521.520,00	521.520,00	184.836,86	0,02%	35,44%
23 - Comércio e Serviços	308.000,00	308.000,00	45.453,68	0,01%	14,76%
25 - Energia	28.130.365,00	33.285.365,00	32.710.609,42	3,76%	116,28%
27 - Desporto e Lazer	5.300.000,00	7.499.753,32	5.826.441,56	0,67%	109,93%
28 - Encargos especiais	21.300.000,00	29.386.596,67	29.188.451,90	3,36%	137,03%
Reserva de Contingência e RPPS	3.028.417,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Despesas Intraorçamentárias	32.441.309,00	41.178.074,44	36.910.527,36	-	113,78%
Total da Despesa	901.949.452,00	1.053.096.556,22	906.307.386,22	-	100,48%
Total (excluído as intraorçamentárias)	869.508.143,00	1.011.918.481,78	869.396.858,86	100,00%	99,99%

Fontes: LOA Sistema Aplic (anexo 13 consolidado e informes das despesas orçamentárias)





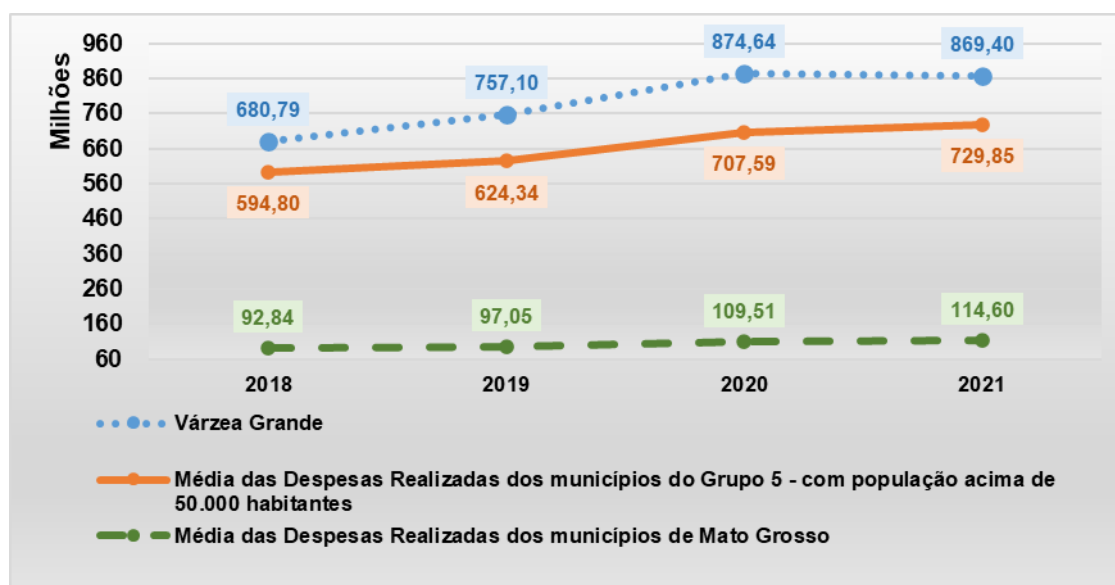
Quadro 12 – Despesas Orçamentárias por Natureza – 2018 a 2021

DESPESA POR NATUREZA	Dotação Inicial (A)	Dotação Atualizada (B)	Despesa Empenhada (C)	% (C/A)
Despesas correntes	629.063.739,00	774.842.835,37	732.525.811,44	116,45%
Pessoal e Encargos Sociais	352.132.144,00	393.691.629,04	381.292.662,87	108,28%
Juros e Encargos da Dívida	7.435.000,00	10.720.914,28	10.565.756,89	142,11%
Outras Despesas Correntes	269.496.595,00	370.430.292,05	340.667.391,68	126,41%
Despesas de Capital	237.415.987,00	237.075.646,41	136.871.047,42	57,65%
Investimentos	212.095.987,00	200.564.821,33	100.448.307,70	47,36%
Amortização da Dívida	25.320.000,00	36.510.825,08	36.422.739,72	143,85%
Despesas Intraorçamentárias	32.441.309,00	41.178.074,44	36.910.527,36	113,78%
Reserva de Contingência ou Reserva Legal do RPPS	3.028.417,00	0,00	0,00	0,00%
Total da Despesa	901.949.452,00	1.053.096.556,22	906.307.386,22	100,48%
Total das Despesas (excluído as intraorçamentárias)	869.508.143,00	1.011.918.481,78	869.396.858,86	99,99%

Fontes: LOA Sistema Aplic. (anexo 13 consolidado e informes das despesas orçamentárias)

40. A série histórica da Despesa Realizada pelo Município de Várzea Grande, no período de 2018 a 2021, indica crescimento até 2020. Ficando acima da média do Grupo 5, e acima da média estadual, conforme se pode observar no Gráfico 18:

Gráfico 18 – Evolução das Despesas Realizadas – 2018 a 2021 – Atualizado pelo IPCA



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022





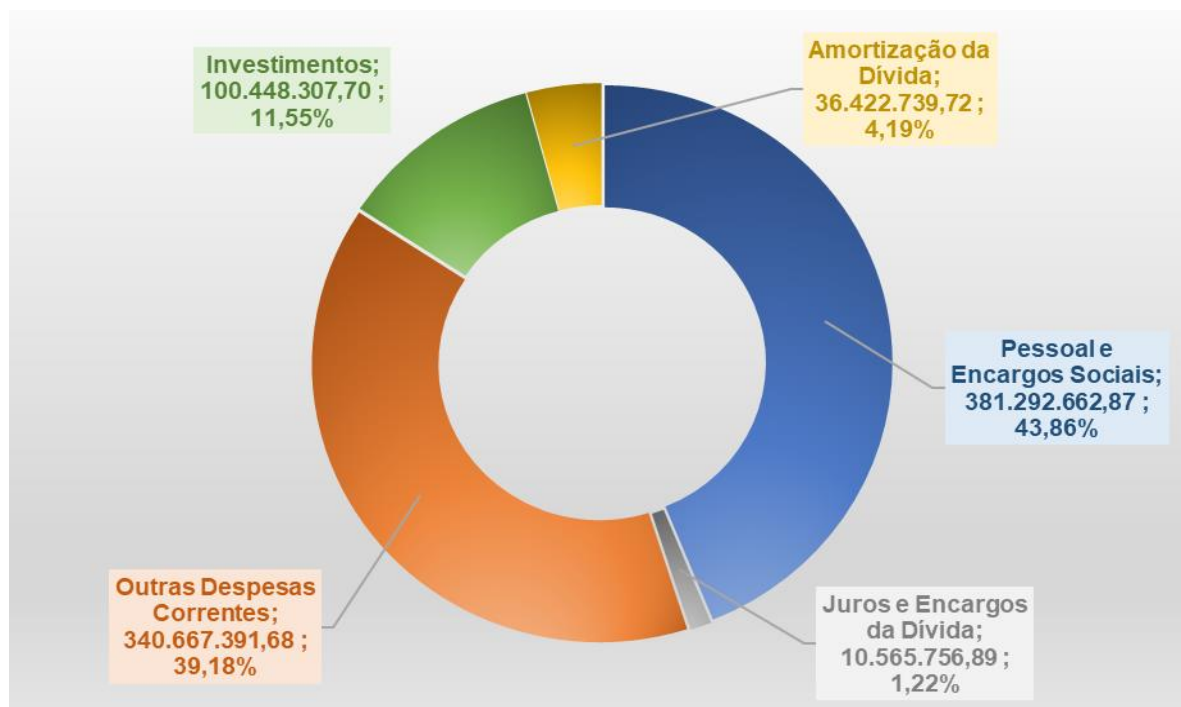
41. A série histórica das despesas orçamentárias do Município, no período de 2018 a 2021, revela crescimento, exceto no último exercício, como se observa no Quadro 13:

Quadro 13 – Despesas Orçamentárias por Natureza – 2018 a 2021 – Atualizada pelo IPCA

Grupos de Despesas	2018	2019	2020	2021
Despesas Correntes	583.493.817,40	646.349.390,96	673.847.923,25	732.525.811,44
Pessoal e Encargos Sociais	352.561.839,67	362.842.372,57	386.369.907,17	381.292.662,87
Juros e Encargos da Dívida	2.569.890,07	5.161.943,37	6.841.540,42	10.565.756,89
Outras Despesas Correntes	228.362.087,66	278.345.075,01	280.636.475,67	340.667.391,68
Despesas de Capital	97.297.134,65	110.752.418,81	200.788.300,50	136.871.047,42
Investimentos	77.759.204,90	110.752.418,81	174.847.091,92	100.448.307,70
Inversão Financeira	2.033.550,78	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	17.504.378,97	0,00	25.941.208,58	36.422.739,72
Despesa Intraorçamentária	28.162.987,31	33.573.222,56	36.130.504,53	36.910.527,36
Total da Despesa	708.953.939,36	790.675.032,33	910.766.728,28	906.307.386,22
Total da Despesa (excluído as intraorçamentárias)	680.790.952,05	757.101.809,77	874.636.223,75	869.396.858,86
Variação - %	-	11,21%	15,52%	-0,60%
% de variação médio da Despesa	8,71%			

Fontes: Site TCE MT(Contas Anuais) e Sistema Aplic (anexo 15 consolidado) – Atualizado em 27/07/2022

Gráfico 19 – Despesas Realizadas por Natureza – 2021



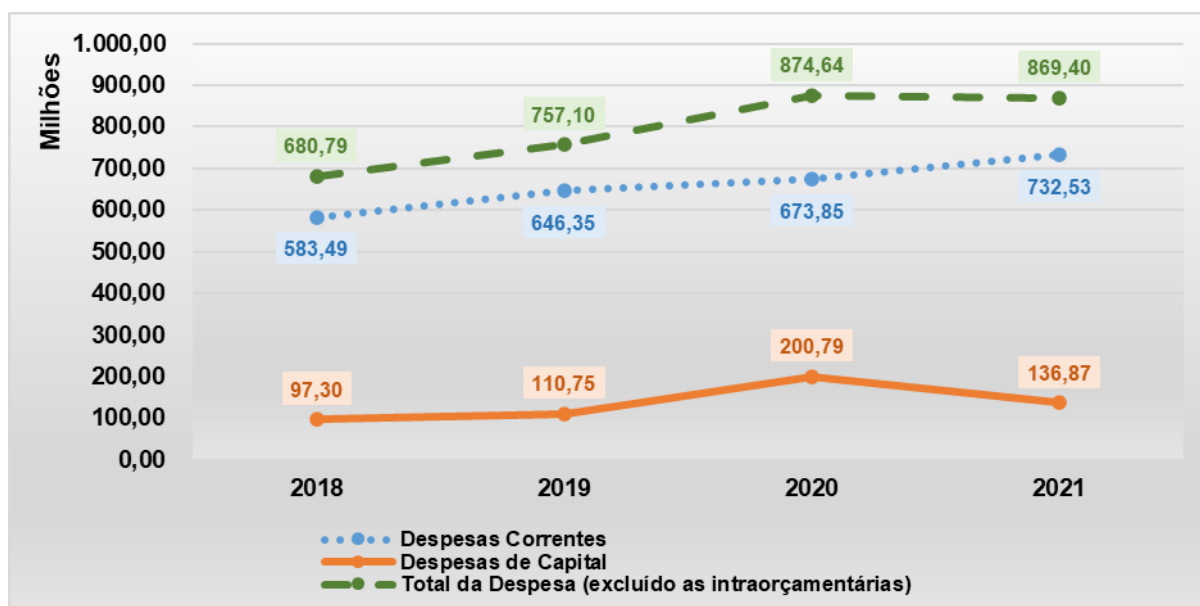
Fontes: Sistema Aplic – Atualizado em 27/07/2022





42. O Gráfico 19 apresenta a relação das despesas, por natureza, no exercício de 2021. Destaca-se que uma parcela significativa da despesa realizada, de **43,86%** (quarenta e três inteiros e oitenta e seis centésimos percentuais), está concentrada em Pessoal e Encargos Sociais.

Gráfico 20 – Histórico das Despesas



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

2.1.2.1. Despesas Correntes:

As Despesas Correntes relacionam-se aos gastos de custeio das entidades do setor público com a manutenção de suas atividades, tais como vencimentos e encargos com pessoal, juros da dívida, compra de matérias primas e bens de consumo, e transferências a entes públicos.

43. As Despesas de Pessoal e Encargos Sociais e demais despesas de custeio compõem os principais itens de despesa objeto desta análise. Em relação às Despesas de Pessoal e Encargos Sociais, os valores estão considerados em sua totalidade, sem as deduções estabelecidas no § 1º, do art. 19, da Lei de Responsabilidade Fiscal, tais como as indenizações de inativos, de servidores ou empregados, de incentivo a demissões voluntárias e outras, permitindo, assim, uma visão mais ampla da gestão. A evolução registrada no período de 2018 a 2021 pode ser assim demonstrada:

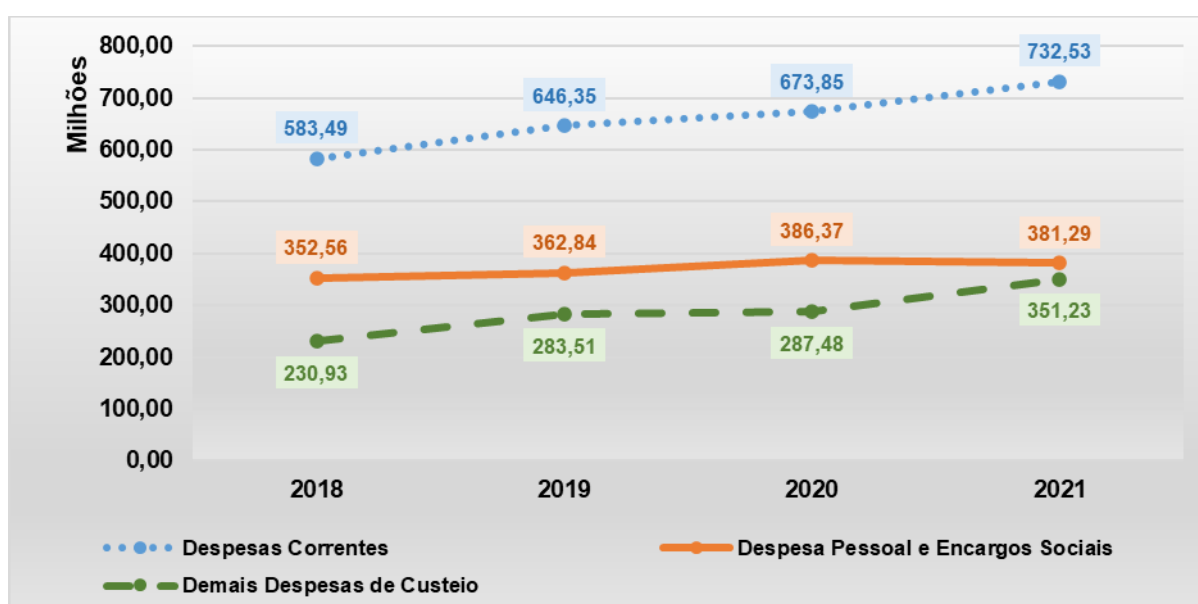




- **Despesas Correntes**, crescimento de **25,54%**.
- **Despesas de Pessoal e Encargos**, crescimento de **8,15%**.
- **Demais Despesas de Custeio**, crescimento de **52,09%**.

44. O Gráfico 21 expressa a evolução das Despesas Correntes:

Gráfico 21 – Evolução das Despesas Correntes – Município – 2018 a 2021 – Atualizada pelo IPCA



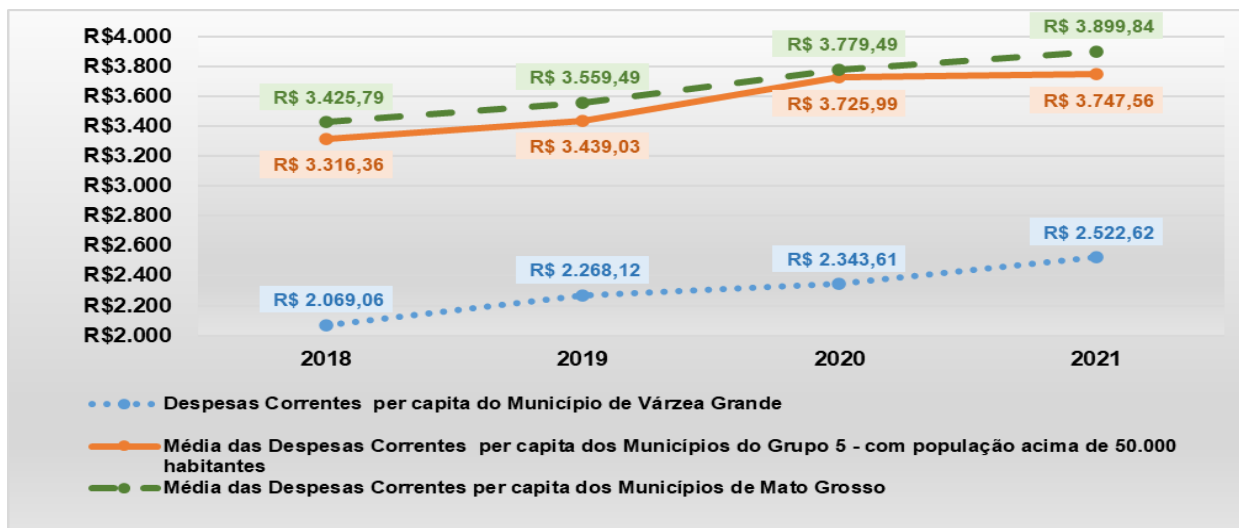
Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

45. O Indicador de Despesa Corrente *per capita* é um dos mecanismos de aferição dos gastos por habitante, Várzea Grande, no ano de 2021, gastou **R\$ 2.522,62/habitante** (dois mil, quinhentos e vinte e dois reais e sessenta e dois centavos), tendo gasto menos, por habitante, do que os municípios do Grupo 5, cuja média foi de **R\$ 3.747,56** (três mil, setecentos e quarenta e sete reais e cinquenta e seis centavos), como também ficou abaixo da média estadual, que teve a média de **R\$ 3.899,84** (três mil, oitocentos e noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos) gastos, por morador.





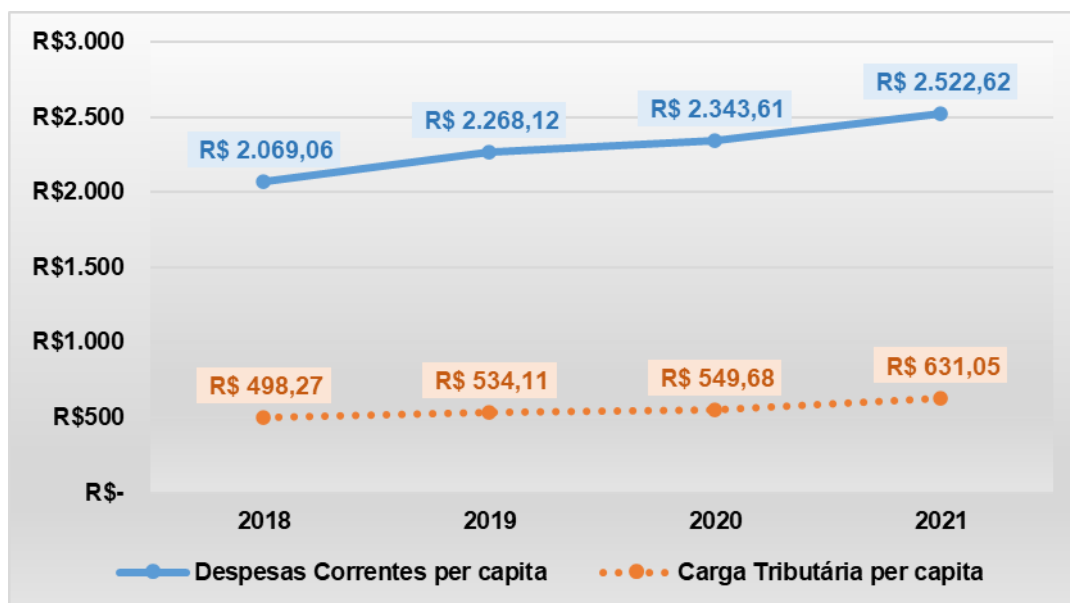
Gráfico 22 – Evolução das Despesas Correntes *per capita* – 2018 a 2021 – Atualizada pelo IPCA



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

46. As Despesas Correntes *per capita* aumentaram **21,92%** (vinte e um inteiros e noventa e dois centésimos percentuais), no período de 2018 a 2021, enquanto a Carga Tributária *per capita* aumentou **26,65%** (vinte e seis inteiros e sessenta e cinco centésimos percentuais), o que indica melhora no resultado da atual gestão da receita, conforme se evidencia no Gráfico 23:

Gráfico 23 – Despesas Correntes *per capita* x Carga Tributária *per capita* – 2018 a 2021 – Atualizada pelo IPCA



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

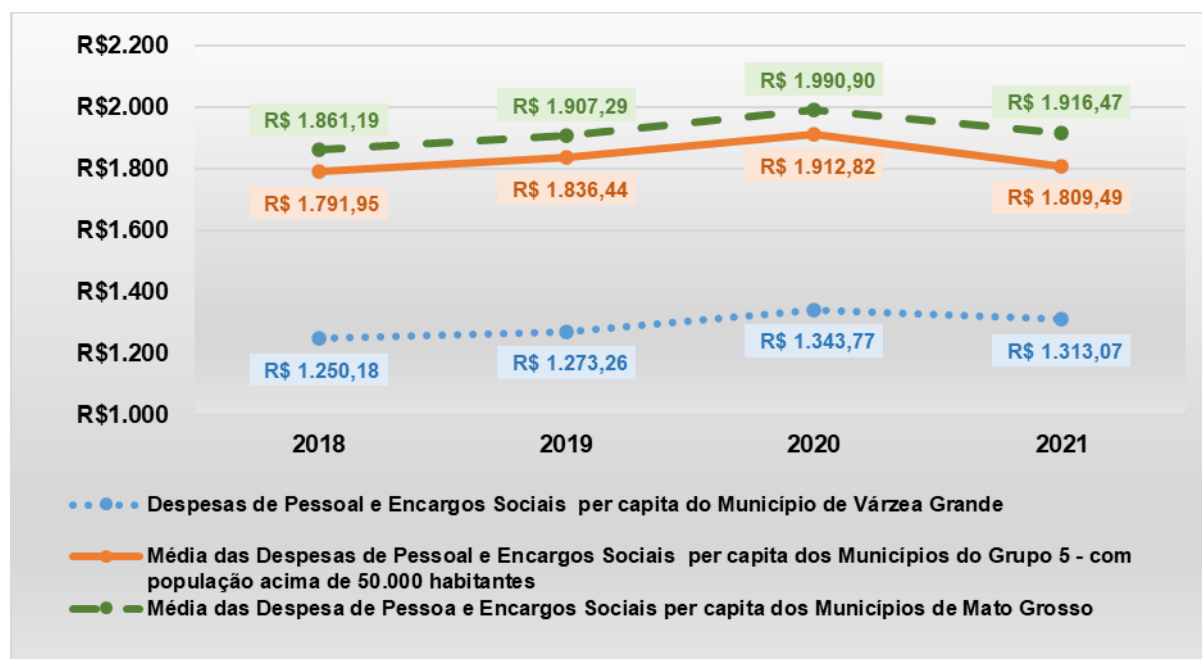




47. Além do planejamento orçamentário, a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe aos gestores públicos a previsão e efetiva arrecadação dos créditos oriundos de tributos, exigindo excelente capacidade de lançamento e cobrança de débitos, de modo a estabelecer justiça fiscal no município. Tal procedimento é fundamental, não apenas para garantir o cumprimento das despesas contratadas, mas, principalmente, para financiar o desenvolvimento econômico e social, com foco na cidadania.

48. Comparada ao número de habitantes do Município, a Despesa de Pessoal *per capita* cresceu cerca de **5,03%** (cinco inteiros e três centésimos percentuais), no período de 2018 a 2021. No mesmo período, a média das Despesas de Pessoal *per capita* do Grupo 5 foi de **0,98%** (noventa e oito centésimos percentuais) e a média geral mato-grossense, de **2,97%** (dois inteiros e noventa e sete centésimos percentuais).

Gráfico 24 – Evolução da Despesa de Pessoal e Encargos Sociais *per capita* – 2018 a 2021 – Atualizada pelo IPCA



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

49. Já a evolução das despesas de pessoal e encargos sociais, entre 2018 e 2021, pode ser melhor compreendida com os desdobramentos apontados no Quadro 14:





Quadro 14 – Despesas 2018 a 2021 – Várzea Grande – Atualizada pelo IPCA

Exercício	2018	2019	2020	2021
% das Despesas com Pessoal	51,22%	45,83%	41,36%	39,87%
Despesas Correntes	R\$ 583.493.817,40	R\$ 646.349.390,96	R\$ 673.847.923,25	R\$ 732.525.811,44
Despesas Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 352.561.839,67	R\$ 362.842.372,57	R\$ 386.369.907,17	R\$ 381.292.662,87
Demais Despesas Correntes	R\$ 230.931.977,72	R\$ 283.507.018,39	R\$ 287.478.016,08	R\$ 351.233.148,57
População (IBGE)	282.009	284.971	287.526	290.383
Despesa de Pessoal per capita - R\$ 1,00	R\$ 1.250,18	R\$ 1.273,26	R\$ 1.343,77	R\$ 1.313,07

Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

2.1.2.1.1. Investimentos

Despesas de capital destinadas ao planejamento e à execução de obras públicas, à realização de programas especiais de trabalho e à aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

50. A série histórica da despesa com investimento, no período de 2018 a 2021, revela oscilação no percentual investido; conforme se observa no Quadro 15.

Quadro 15 – Despesa de Investimento em Relação à Despesa Total – Atualizada pelo IPCA

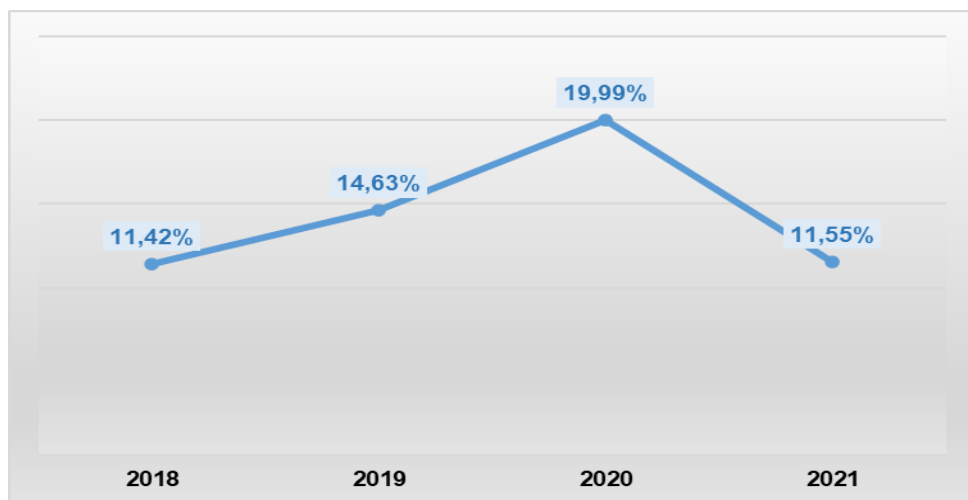
	2018	2019	2020	2021
Investimento – R\$	77.759.204,90	110.752.418,81	174.847.091,92	100.448.307,70
Despesa Total – R\$ (Excluída Intraorçamentária)	680.790.952,05	757.101.809,77	874.636.223,75	869.396.858,86
% de Investimento/Despesa	11,42%	14,63%	19,99%	11,55%
Despesa com investimento per capita - R\$	275,73	388,64	608,11	345,92
% variação Investimento per capita	-	40,95%	56,47%	-43,12%
R\$ - Média de Despesa com Investimento per capita dos municípios do Grupo 5 - com população acima de 50.000 habitantes	307,90	372,13	487,74	526,58
R\$ - Média de Despesa com Investimento per capita dos municípios de MT	334,62	366,42	558,10	576,42

Fontes: Site TCE MT(Contas Anuais) e Sistema Aplic - Atualizado em 27/07/2022





Gráfico 25 – Despesa de investimento x Despesa Total



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

51. As despesas liquidadas com investimento, realizadas pelo Município, no exercício de 2021, totalizaram **R\$ 93.814.537,47** (noventa e três milhões, oitocentos e quatorze mil, quinhentos e trinta e sete reais e quarenta e sete centavos) com a distribuição por função demonstrada no Quadro 16:

Quadro 16 – Despesas Liquidadas com Investimento

FUNÇÕES	Despesas Liquidadas com Investimento	% (relativo ao total da despesa liquidada com investimento)
15 - Urbanismo	77.004.534,72	82,08%
12 - Educação	12.010.000,57	12,80%
17 - Saneamento	2.755.639,09	2,94%
28 - Encargos especiais	1.000.322,97	1,07%
10 - Saúde	705.620,69	0,75%
04 - Administração	165.872,84	0,18%
06 - Segurança Pública	54.134,19	0,06%
01 - Legislativa	34.675,06	0,04%
09 - Previdência Social	32.374,48	0,03%
03 - Essencial à Justiça	28.179,96	0,03%
08 - Assistência Social	20.482,90	0,02%
18 - Gestão Ambiental	2.700,00	0,00%
Total	93.814.537,47	100,00%

Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022





3. Resultados da Execução Orçamentária:

52. Comparando a receita estimada com a receita efetivamente arrecadada, verifica-se **excesso** de **1,25%** (um inteiros e vinte e cinco centésimos percentuais) na arrecadação. A despesa autorizada, comparada à despesa realizada, apresenta **economia** orçamentária de **14,08%** (quatorze inteiros e oito centésimos percentuais), conforme demonstra o Quadro 17:

Quadro 17 – Comparativo entre Orçado e Executado – R\$ (excluídas as intraorçamentárias)

Receita Estimada	864.849.024,00	Despesa Autorizada	1.011.918.481,78
Receita Arrecadada	875.629.169,86	Despesa Realizada	869.396.858,86
Excesso na Arrecadação	10.780.145,86	Economia Orçamentária	142.521.622,92
% da prevista	1,25%	% da autorizada	14,08%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

53. Na comparação das receitas arrecadadas com as despesas executadas do Município de Várzea Grande, excluídos os valores do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), constata-se superávit no resultado orçamentário equivalente a **3,83%** (três inteiros e oitenta e três centésimos percentuais) da receita corrente líquida, considerando os Créditos Adicionais abertos/reabertos mediante uso da fonte superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme demonstrado no Quadro 18:

Quadro 18 – Resultado Orçamentário

Especificação	Resultado Orçamentário
Receitas Arrecadadas Consolidadas	875.629.169,86
Receita Intraorçamentária	37.316.558,18
(-) Receita RPPS	59.120.147,41
Total da Receita Arrecadada para fins de Resultado Orçamentário (a)	853.825.580,63
Despesas Realizadas Consolidadas	869.396.858,86
Despesa Intraorçamentária	36.910.527,36
(-) Despesa RPPS	52.934.947,65
Total da Despesa Realizada para fins de Resultado Orçamentário (b)	853.372.438,57
Despesas empenhadas decorrentes de créditos adicionais abertos por conta de superávit financeiro (c)	31.617.914,98
Resultado Orçamentário (Superávit / Déficit) - d=(a - b + c)	32.071.057,04
%Resultado Orçamentário/ RCL	3,83%





Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais –Atualizado em 27/07/2022

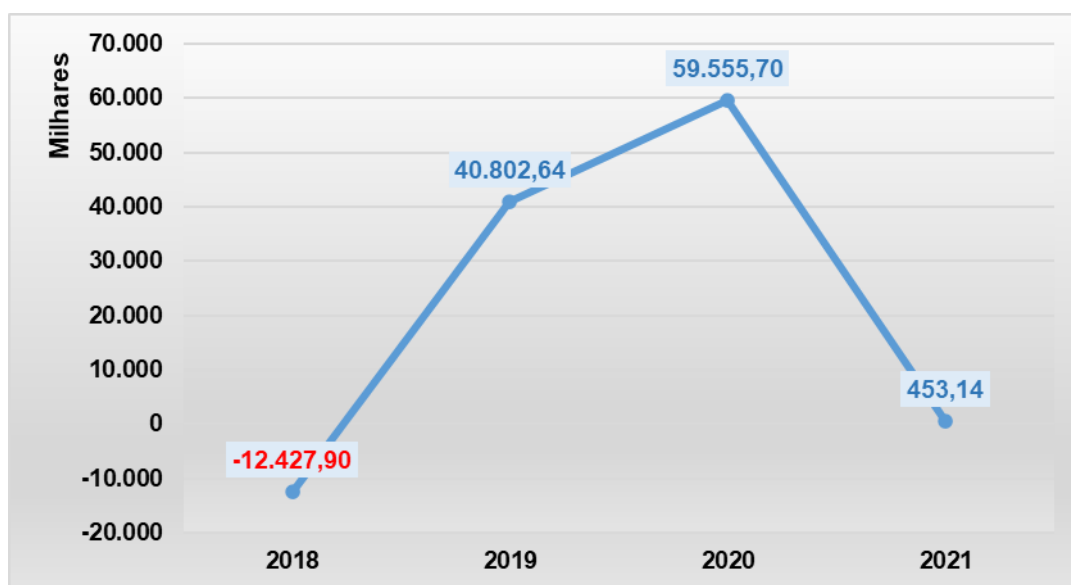
54. Ao analisar o histórico da execução orçamentária do Município, entre 2018 e 2021, não considerando os atenuantes da RN 43/2013, verifica-se superávit no resultado orçamentário, exceto em 2018, conforme demonstrado no Quadro 19:

Quadro 19 – Histórico da Execução Orçamentária – R\$ – Atualizada pelo IPCA

Descrição	2018	2019	2020	2021
(a) Receita Arrecadada Consolidadas	699.809.018,14	835.729.653,54	975.709.985,34	912.945.728,04
(b) Receita RPPS (-)	49.016.545,44	55.454.891,33	61.663.652,42	59.120.147,41
(c= a-b) Total das Receitas Arrecadadas Ajustadas	650.792.472,70	780.274.762,22	914.046.332,92	853.825.580,63
(d) Despesas Realizadas Consolidadas	708.953.939,36	790.675.032,33	910.766.728,28	906.307.386,22
(e) Despesa RPPS (-)	45.733.567,38	51.202.911,22	56.276.098,44	52.934.947,65
(f= d-e) Total das Despesas Realizadas Ajustadas	663.220.371,98	739.472.121,11	854.490.629,84	853.372.438,57
(g= c-f) Resultado Orçamentário	-12.427.899,28	40.802.641,11	59.555.703,08	453.142,06

Fonte: Site TCE(Contas Anuais) e Sistema Aplic (anexo 13 consolidado) – Atualizado em 27/07/2022

Gráfico 26 – Resultado Orçamentário – Atualizado pelo IPCA



Fonte: Sistema Aplic, Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

4. Resultado Financeiro (Balanço Patrimonial):

Determina a relação, no curto prazo, entre o montante de recursos disponíveis e o quanto a administração deve pagar. Por curto prazo, entende-se o período menor que um ano calendário.

55. Ao confrontar as disponibilidades com as obrigações financeiras, em 2021, constata-se que o Poder Executivo apresentou suficiência financeira para saldar os





compromissos de curto prazo, correspondentes a **509,98%** (quinhentos e nove inteiros e noventa e oito centésimos percentuais) sobre o total das obrigações; ou seja, dispõe de **R\$ 5,10** (cinco reais e dez centavos) para cada R\$ 1,00 (um real) de obrigações de curto prazo. No resultado consolidado – que abrange as administrações Direta e Indireta, a gestão municipal apresentou disponibilidade financeira de **1176,85%** (um mil cento e setenta e seis inteiros e oitenta e cinco centésimos percentuais), em relação às obrigações, conforme demonstra o Quadro 20:

Quadro 20 – Resultado Financeiro

ESPECIFICAÇÃO	CONSOLIDADO	CÂMARA + RPPS+DAE	PREFEITURA
Ativo Financeiro -R\$	349.927.010,91	207.851.795,96	142.075.214,95
Passivo Financeiro - R\$	29.734.288,82	1.875.173,95	27.859.114,87
Resultado Financeiro (Superávit / Déficit)	320.192.722,09	205.976.622,01	114.216.100,08
Quociente da Situação Financeira	11,77	110,84	5,10
% da Disponibilidade Financeira em relação às obrigações	1176,85%	11084,40%	509,98%
% Resultado Financeiro / RCL	38,25%	0,00%	13,64%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

56. A série histórica do quociente da situação financeira, no período de 2018 a 2021, indica que o Poder Executivo apresentou capacidade financeira suficiente, para honrar seus compromissos de pagamentos imediatos, conforme se observa no Gráfico 27:

Gráfico 27 – Quociente da Situação Financeira – Município – 2018 a 2021



Fonte: Sistema Aplic, Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022





5. Dívida Pública:

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN)⁵ define a dívida pública como sendo os Compromissos de entidade pública decorrentes de operações de créditos, com o objetivo de atender as necessidades dos serviços públicos, em virtude de orçamentos deficitários, caso em que o governo emite promissórias, bônus rotativos, etc., a curto prazo, ou para a realização de empreendimentos de vulto, em que se justifica a emissão de empréstimo a longo prazo, por meio de obrigações e apólices. Os empréstimos que caracterizam a dívida pública são de curto ou longo prazo. A dívida pública pode ser proveniente de outras fontes, tais como: depósitos (fianças, cauções, cofre de órgãos, etc.), e de resíduos passivos (restos a pagar). A dívida pública classifica-se em consolidada ou fundada (interna ou externa) e flutuante ou não consolidada.

57. A Dívida Pública do Município, em 31/12/2021, totalizava **R\$ 461.679.743,72** (quatrocentos e sessenta e um milhões, seiscentos e setenta e nove mil, setecentos e quarenta e três reais e setenta e dois centavos), constituindo-se de dívidas flutuante e fundada, como está demonstrado no Quadro 21:

Quadro 21 – Dívida Pública

Títulos	Saldo Final 2020	Movimentação no Exercício				Saldo final 2021
		Inscrição/Atualização	RP não Processado Liquidados e não Pagos	Pagamento	Cancelamento	
DÍVIDA FLUTUANTE	29.497.610,06	115.162.656,54	0,00	109.845.220,22	4.560.633,92	30.254.412,46
Restos a Pagar – Não Processado	20.098.526,38	21.064.075,89	0,00	15.817.462,70	3.026.431,27	22.318.708,30
Restos a Pagar – Processado	3.434.981,42	1.317.420,52	0,00	1.731.280,32	1.534.202,65	1.486.918,97
Depósitos e consignações	5.947.724,89	89.629.772,62	0,00	89.150.355,01	0,00	6.427.142,50
Outras Obrigações a Curto Prazo	16.377,37	3.151.387,51	0,00	3.146.122,19	0,00	21.642,69
DÍVIDA FUNDADA INTERNA	371.405.623,96	107.916.460,52	0,00	47.896.753,22	0,00	431.425.331,26
GIDUR CEF	14.888.069,52	1.293.133,32	0,00	2.588.972,51	0,00	13.592.230,33
PREVIVAG	16.789.511,26	1.955.650,95	0,00	3.304.553,03	0,00	15.440.609,18
PGFN	6.872.164,71	166.326,14	0,00	455.094,42	0,00	6.583.396,43
INSS Parcelamento Receita Federal	41.891.409,53	-680.593,15	0,00	3.245.180,39	0,00	37.965.635,99
Precatórios	84.580.469,32	4.366.743,58	0,00	12.385.403,33	0,00	76.561.809,57
Outras dívidas	206.383.999,62	100.815.199,68	0,00	25.917.549,54	0,00	281.281.649,76
TOTAL DA DÍVIDA PÚBLICA	400.903.234,02	223.079.117,06	0,00	157.741.973,44	4.560.633,92	461.679.743,72

Fontes: Sistema Aplic (prestação de contas), restos a pagar – Atualizado em 27/07/2022

⁵ http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/glossario_d.asp





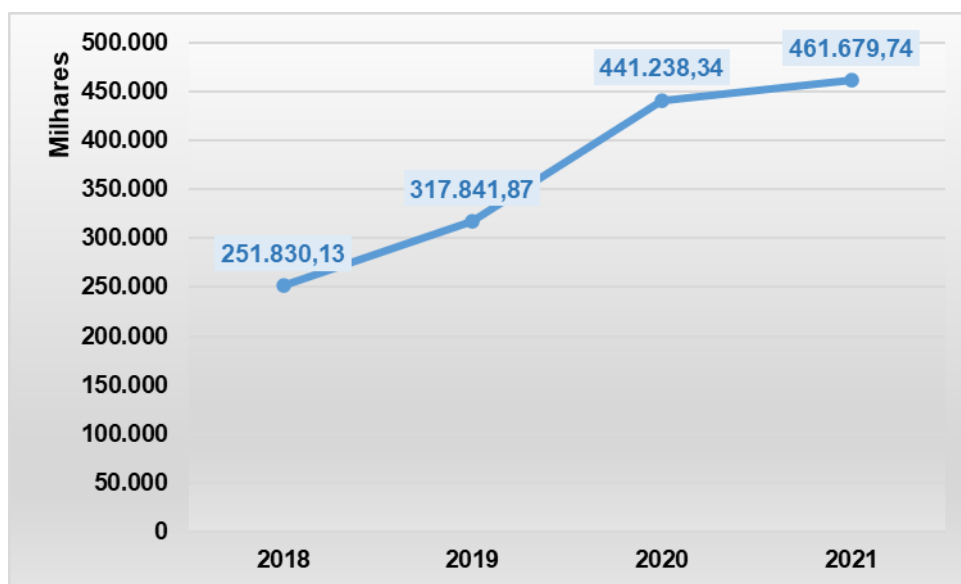
58. A série histórica do saldo da Dívida Pública, no período de 2018 a 2021, demonstra aumento, conforme se observa no Quadro 22:

Quadro 22 – Saldo da Dívida Pública – 2018 a 2021 – Atualizada pelo IPCA

ESPECIFICAÇÃO	2018	2019	2020	2021
Saldo da Dívida Pública	251.830.134,73	317.841.866,09	441.238.338,94	461.679.743,72
Variação %	-	26,21%	38,82%	4,63%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

Gráfico 28 – Saldo da Dívida Pública – Atualizada pelo IPCA



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

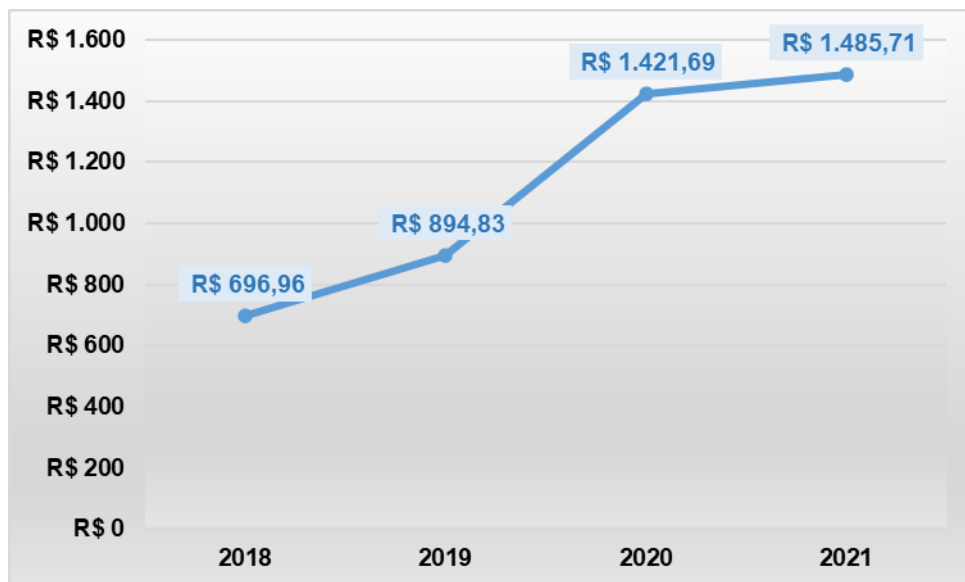
5.1. Dívida Fundada *per capita*

59. No período de 2018 a 2021, a Dívida Fundada *per capita* de Várzea Grande apresentou aumento, atingindo o maior montante no exercício de 2021, tendo apresentado crescimento na ordem de **113,17%** (cento e treze inteiros e dezessete centésimos percentuais), nesse período.





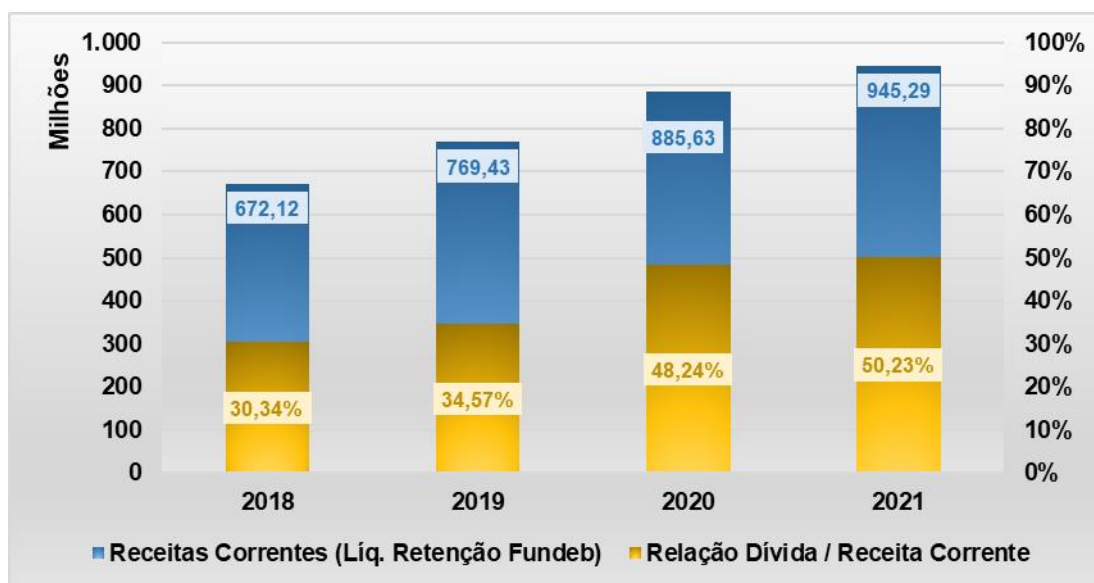
Gráfico 29 – Indicador de Dívida Fundada *per capita* em Reais – Município – 2018 a 2021 – Atualizada pelo IPCA



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

60. Ao estudar a relação Estoque da Dívida Pública/Receita Corrente, verifica-se aumento no período de 2018 a 2021. Esse indicador apresentou o menor percentual no exercício de 2018, de **30,34%**, (trinta inteiros e trinta e quatro centésimos percentuais), e o maior em 2021, **50,23%** (cinquenta inteiros e vinte e três centésimos percentuais).

Gráfico 30 – Relação Dívida Fundada / Receita Corrente – Atualizada pelo IPCA



Fonte: Sistema Aplic – Atualizado em 27/07/2022





6. Limites Constitucionais e legais:

6.1. Educação

6.1.1. Aplicação na Educação (art. 212, da C.F.)

61. A Administração Municipal aplicou, durante o exercício de 2021, o montante de **R\$ 47.995.482,63** (quarenta e sete milhões, novecentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e sessenta e três centavos) na **Manutenção e Desenvolvimento do Ensino**, correspondentes a **10,55%** (dez inteiros e cinquenta e cinco centésimos percentuais) do total da receita proveniente de impostos municipais e das transferências, estadual e federal.

62. A base de cálculo para obtenção dos percentuais constitucionais destinados à Educação teve a seguinte formação discriminada nos Quadros 23 e 24:

Quadro 23 – Receitas com Percentual Vinculado à Educação

	Valor
Receita Tributária	133.448.865,51
IRRF	22.568.675,65
IPTU	31.813.702,78
ITBI	17.714.977,25
ISSQN	61.351.509,83
Dívida Ativa Proveniente de Impostos (IPTU, ITBI e ISS)	24.421.219,31
Juros e multas provenientes de Impostos (IPTU, ITBI e ISS)	1.591.477,65
Juros e multas provenientes da Dívida Ativa de Impostos (IPTU, ITBI e ISS)	2.315.213,09
Transferências Correntes	293.345.285,52
Cota-Parte FPM - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	78.538.166,62
Cota-Parte FPM - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	3.442.423,73
Cota-Parte FPM - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	3.040.856,56
Cota Parte ICMS	176.064.273,36
Cota-Parte IPI Exportação (LC 61/89)	983.437,76
Cota-Parte ITR	54.303,21
Cota Parte IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores	30.595.247,99
Cota Parte IOF s/ ouro – Imposto sobre Operações Financeiras	626.576,29
Base de Cálculo	455.122.061,08
Valor Mínimo (25%) (Art. 212, CF)	113.780.515,27
TOTAL APLICADO EM 2021 (R\$)	47.995.482,63
TOTAL APLICADO EM 2021 (%)	10,55%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022





Quadro 24 – Despesas Realizadas na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Despesas	Valor
(+) Total da Despesa MDE empenhada no exercício. Fonte de Recursos 00 - Recursos Ordinários e 01 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação (MDE). Função 12 – Educação. Subfunções 122, 128, 361, 362, 363, 365, 366 e 367 Exceto elementos 01, 03, 91 e 97	49.979.337,68
(+) Valor retido referente ao FUNDEB. (Conta contábil 62131010000)	57.050.396,29
(-) Receitas Recebidas do Fundeb mais os respectivos rendimentos financeiros	-188.015.181,95
(+) Despesas empenhadas com recursos do Fundeb mais os respectivos rendimentos financeiros	128.981.227,81
(-) Cancelamento, no exercício, de Restos a Pagar MDE inscritos com disponibilidade de recursos vinculados à Educação. Fonte 00 e 01 Função 12. Subfunções 122, 128, 361, 362, 363, 365, 366 e 367. Exceto elementos de despesa 01, 03, 91 e 97	-297,20
(=) Total de recursos aplicados no Ensino provenientes de impostos	47.995.482,63
Total da Receita Base	455.122.061,08
Percentual sobre a Receita Base (k)	10,55%
Situação (L)	Irregular

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

63. A série histórica da aplicação de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, no período de 2018 a 2021, indica que a Administração Municipal de Várzea Grande não cumpriu a exigência constitucional nos dois últimos exercícios, como se pode observar no Quadro 25:

Quadro 25 – Aplicação na Educação (art. 212 CF) – 2018 a 2021

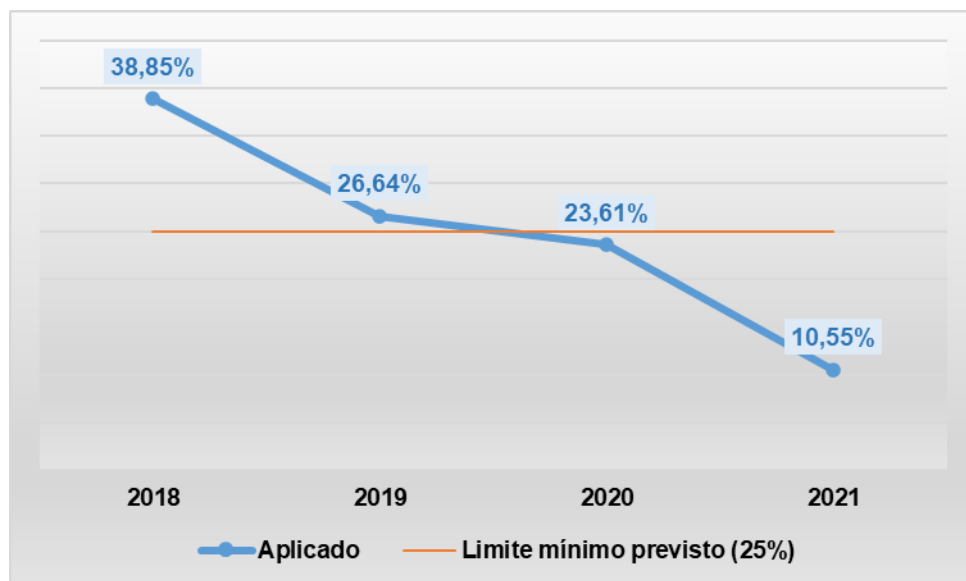
Ano	2018	2019	2020	2021
Valor Mínimo Fixado	25,00%			
Aplicado	38,85%	26,64%	23,61%	10,55%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022





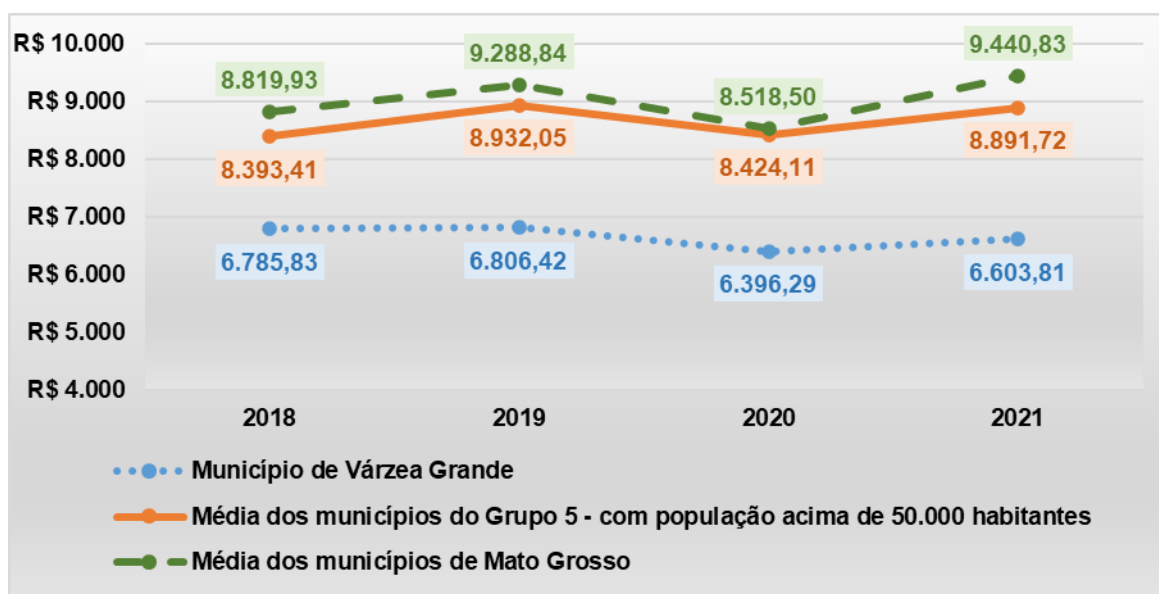
Gráfico 31 – % Aplicado na Educação



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

64. O gráfico 32 demonstra o investimento em educação, por aluno, feito pelo Município de Várzea Grande. Nos anos de 2018 a 2021, o município manteve-se abaixo da média dos municípios do Grupo 5, e abaixo da média dos municípios de Mato Grosso.

Gráfico 32 – Investimentos em Educação por Aluno – 2018 a 2021 – Atualizado pelo IPCA



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022





6.1.2. Contribuição e Receitas na Educação Básica

65. A contribuição para formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB alcançou o montante de **R\$ 57.050.396,29** (cinquenta e sete milhões, cinquenta mil, trezentos e noventa e seis reais e vinte e nove centavos). A receita proveniente do Fundo totalizou **R\$ 186.382.759,22** (cento e oitenta e seis milhões, trezentos e oitenta e dois mil, setecentos e cinquenta e nove reais e vinte e dois centavos), nos termos da Lei n.º 11.494/2007.

Quadro 26 – Contribuição e Receitas do FUNDEB

DESCRIÇÃO	BALANÇO (R\$)
Receita do FUNDEB	186.382.759,22
Retenção - FUNDEB	57.050.396,29
Diferença	129.332.362,93

Fontes: [Site TCE MT\(Contas Anuais\)](#)

6.1.3. Recursos do FUNDEB gastos com Remuneração dos Profissionais da Educação:

66. Dos recursos recebidos em razão do FUNDEB, **57,26%** (cinquenta e sete inteiros e vinte e seis centésimos percentuais) foram utilizados na remuneração dos profissionais/professores da rede pública de ensino.

Quadro 27 – Cálculo do Limite Constitucional da Remuneração dos Profissionais do Magistério

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)
A) Valor da receita do FUNDEB	186.382.759,22
B) Rendimento Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	1.632.422,73
(C) Gasto com remuneração e valorização dos profissionais do magistério ensinos infantil e fundamental	107.664.978,99
(D) % da aplicação s/ a receita do FUNDEB (C/(A+B))	57,26%
Percentual aplicado (acima ou abaixo) do limite	-12,74%

Fontes: [Site TCE MT\(Contas Anuais\)](#)





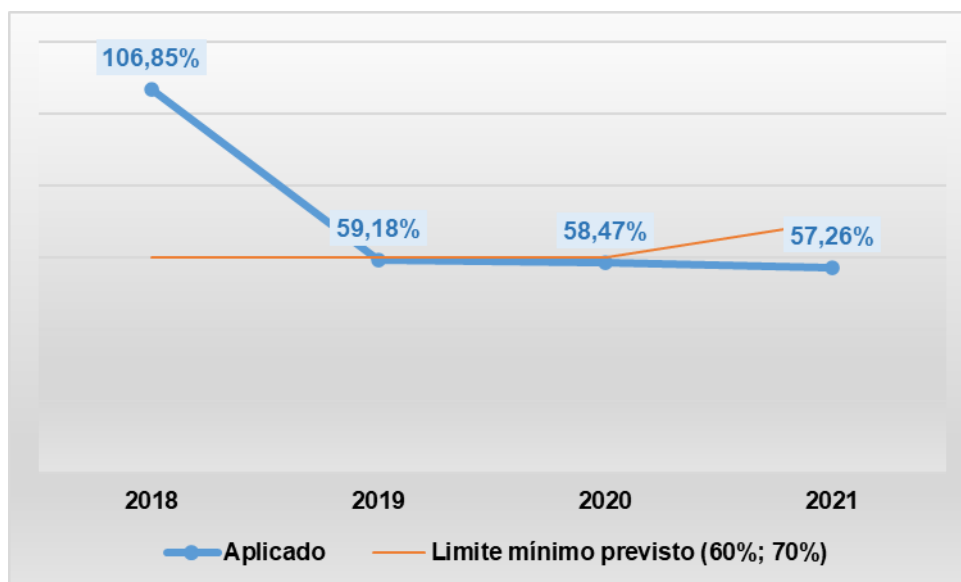
67. Ao pesquisar a série histórica da remuneração dos profissionais do Magistério, no período de 2018 a 2021, é possível concluir que o Município investiu em percentual inferior ao estabelecido em lei na remuneração dos educadores, exceto em 2018, está ilustrado no Quadro 28:

Quadro 28 – Remuneração dos Profissionais do Magistério (%) – 2018 a 2021

Ano	2018	2019	2020	2021
Valor mínimo fixado		60,00%		70,00%
Aplicado	106,85%	59,18%	58,47%	57,26%

Fontes: Site TCE MT(Contas Anuais)

Gráfico 33 – % Aplicado na Remuneração do Magistério



Fonte: Sistema Aplic, Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

6.2. Saúde:

68. Várzea Grande aplicou em Ações e Serviços Públicos de Saúde, em 2021, o montante de **R\$ 113.719.774,22** (cento e treze milhões, setecentos e dezenove mil, setecentos e setenta e quatro reais e vinte e dois centavos), correspondentes a **25,38%** (vinte e cinco inteiros e trinta e oito centésimos percentuais) do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os art. 158 e 159, inciso I, alínea “b”, e § 3º, todos da Constituição da República.





Quadro 29 – Receitas com Percentual Vinculado à Saúde

	Valor
Receita Tributária	133.448.865,51
IRRF	22.568.675,65
IPTU	31.813.702,78
ITBI	17.714.977,25
ISSQN	61.351.509,83
Dívida Ativa Proveniente de Impostos (IPTU, ITBI e ISS)	24.421.219,31
Juros e multas provenientes de Impostos (IPTU, ITBI e ISS)	1.591.477,65
Juros e multas provenientes da Dívida Ativa de Impostos (IPTU, ITBI e ISS)	2.315.213,09
Transferências Correntes	286.235.428,94
Cota-Parte FPM - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	78.538.166,62
Cota Parte ICMS	176.064.273,36
Cota-Parte IPI Exportação (LC 61/89)	983.437,76
Cota-Parte ITR	54.303,21
Cota Parte IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores	30.595.247,99
Base de Cálculo	448.012.204,50
Valor Mínimo (15%)	67.201.830,68
TOTAL APLICADO EM 2021 (R\$)	113.719.774,22
TOTAL APLICADO EM 2021 (%)	25,38%
Estimativa de População do Município - IBGE – 2021	290.383
Despesa com Saúde (por habitante)	391,62

Fontes: IBGE e Site TCE MT(Contas Anuais)

Quadro 30 – Despesas Realizadas com a Saúde – R\$

DESPESAS	Valor
(+) Total da Despesa Empenhada na Função 10 – Saúde. (Fonte/destinação de Recursos 00 e 02)	118.153.852,78
(-) Despesas Empenhadas na Função 10. Fonte 00 e 02. Nos Elementos de Despesas 01, 03, 91 e 97.	-4.119.818,38
(-) Restos a Pagar Processados e Não Processados da Saúde inscritos no exercício corrente sem suficiente disponibilidade financeira	-267.478,13
(-) Cancelamento, no exercício, de Restos a Pagar da ASPS inscritos, com Disponibilidade de recursos vinculados à Saúde. Função 10 e Fonte/destinação de Recursos 00 e 02. Nos Elementos de despesa diferentes 01, 03, 91 e 97.	-46.782,05
(=) Total de despesas realizadas em ações e serviços públicos de saúde	113.719.774,22
Percentual Aplicado	25,38%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022





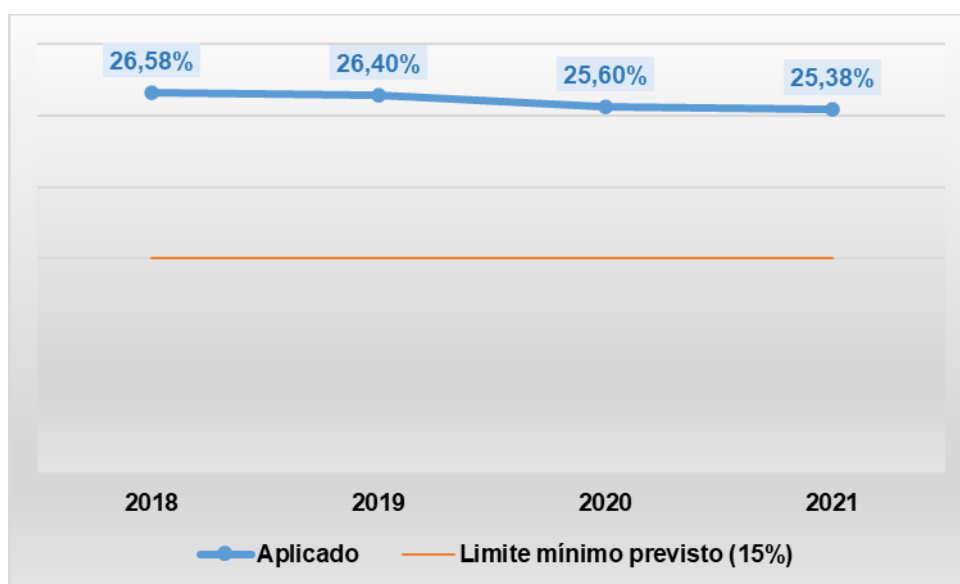
69. Os gastos com ações e serviços públicos de saúde, no período de 2018 a 2021, atenderam à exigência constitucional e superaram o percentual de aplicação obrigatória, conforme demonstrado no Quadro 31:

Quadro 31 – Gastos com Saúde (%) – 2018 a 2021

Ano	2018	2019	2020	2021
Valor mínimo fixado	15,00%			
Aplicado	26,58%	26,40%	25,60%	25,38%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

Gráfico 34 – % Aplicado na Saúde



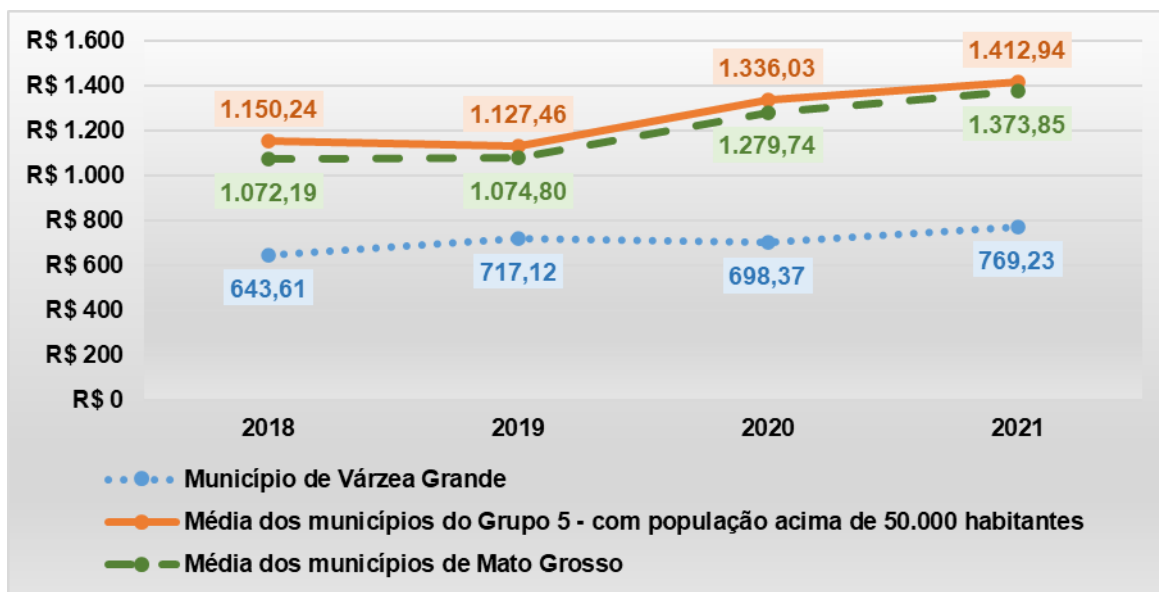
Fonte: Sistema Aplic, Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

70. A série histórica da despesa realizada com saúde *per capita* pelo Município de Várzea Grande, no período de 2018 a 2021, indica crescimento exceto em 2020. No entanto, ficou abaixo da média do Grupo 5, e abaixo da média estadual, conforme se pode observar no Gráfico 35:





Gráfico 35 – Despesa com Saúde *per capita* – 2018 a 2021 – Atualizada pelo IPCA



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

6.3. Gasto com Pessoal:

6.3.1. Despesa com Pessoal do Poder Executivo

71. A despesa total com pessoal do Poder Executivo foi de **R\$ 333.829.308,34** (trezentos e trinta e três milhões, oitocentos e vinte e nove mil, trezentos e oito reais e trinta e quatro centavos), correspondentes a **39,87%** (trinta e nove inteiros e oitenta e sete centésimos percentuais) do total da Receita Corrente Líquida. Os percentuais aplicados ficaram dentro do limite máximo de 54% (cinquenta e quatro por cento), fixado pelo art. 20, inc. III, alínea b da Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF conforme Quadro 32:





Quadro 32 – Base de Cálculo: Pessoal – RCL

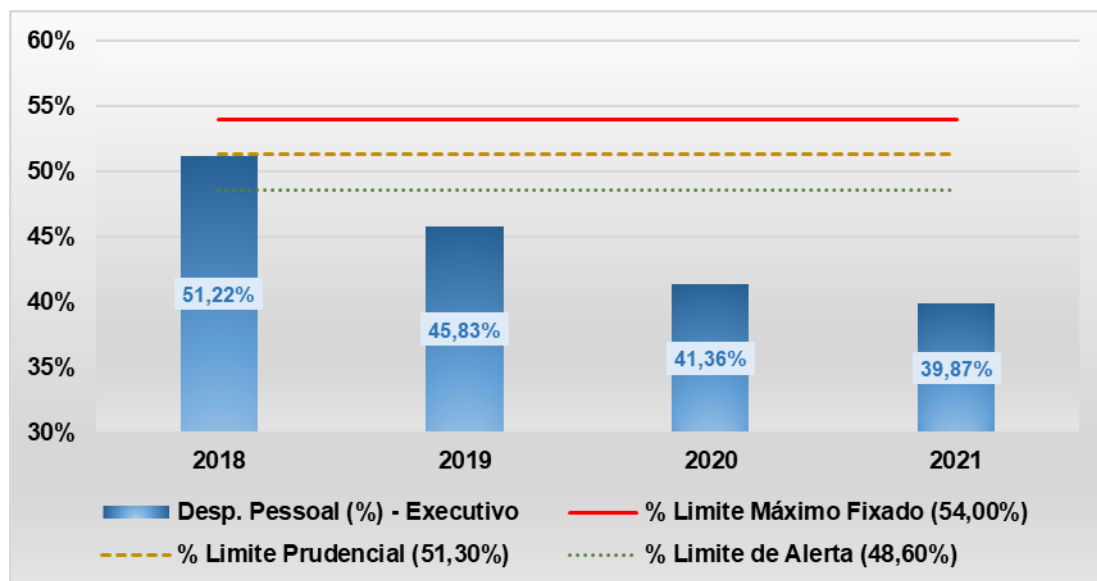
	Balanco
RECEITAS CORRENTES	858.873.732,54
Impostos, Taxas e Contribuições	183.245.225,91
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	22.568.675,65
IPTU	53.998.689,72
ITBI	17.720.016,22
ISSQN	67.489.393,97
Taxas	21.468.450,35
Receita de Contribuições	45.262.582,80
Receita Patrimonial	7.065.918,27
Receita de Serviços	49.542.384,73
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	624.260.818,78
Transferências da União	189.843.315,93
Transferências do Estado	246.353.218,13
Transferências de Instituições Privadas	1.681.525,50
Transferência FUNDEB	186.382.759,22
Outras Receitas Correntes	6.547.198,34
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	3.331.783,43
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	928.869,43
Demais Receitas Correntes	2.286.545,48
Deduções	-57.050.396,29
FUNDEB	-57.050.396,29
DEDUÇÕES - RPPS (segurado); Receita da compensação financeira entre regimes previdenciários	-19.056.088,55
DEDUÇÕES - Receita de Aplicação Financeira do RPPS – (Res. Consulta TCE/MT nº 19/2017)	-2.689.633,92
BASE DE CÁLCULO - RCL	837.128.010,07
GASTO MÁXIMO COM PESSOAL (54%)	452.049.125,44
Total Gasto com Pessoal em 2021	333.829.308,34
Percentual gasto com Pessoal em 2021	39,87%
Habitantes no município	290.383
Receita Corrente Líquida por Habitante	2.882,84

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022





Gráfico 36 – % Aplicado com Despesa de Pessoal do Poder Executivo



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

6.3.2. Despesa com Pessoal do Município

72. O município aplicou o total de **41,51%** (quarenta e um inteiros e cinquenta e um centésimos percentuais) da Receita Corrente Líquida na despesa total com pessoal do município, que corresponde ao valor de **R\$ 347.511.078,32** (trezentos e quarenta e sete milhões, quinhentos e onze mil e setenta e oito reais e trinta e dois centavos). Os percentuais aplicados ficaram dentro do limite máximo de 60% (sessenta por cento), fixado pelo art. 19, inc. III da Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, como demonstrado nos Quadros 33 e 34:





Quadro 33 – Despesa com Pessoal – Consolidado

Descrição	R\$ - Balanço
1 – Despesa Bruta com Pessoal (A)	396.270.276,43
1.1 – Pessoal Ativo	347.576.194,41
1.2 – Pessoal Inativo e Pensionista	48.694.082,02
1.3 – Outras Despesas de Pessoal – Contratos de Terceirização	0,00
2- Despesas não Computadas (B)	48.759.198,11
2.1 – Decorrentes de Decisão Judicial	410.971,56
2.2 – Despesas de Exercícios anteriores	62.658,17
2.3 – Inativo e Pensionistas com Recursos Vinculados	48.285.568,38
Despesa Total com Pessoal C =(A - B)	347.511.078,32

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

Quadro 34 – Despesa com Pessoal do Município (%)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)	% DA RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	837.128.010,07	-
LIMITE LEGAL - 60% da RCL	502.276.806,04	60,00%
TOTAL DESPESAS COM PESSOAL	347.511.078,32	41,51%
Executivo (Limite máximo: 54%)	333.829.308,34	39,87%
Legislativo (Limite máximo: 6%)	13.681.769,98	1,63%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

73. A série histórica de percentuais dos gastos com pessoal do Poder Executivo em relação à Receita Corrente Líquida, no período de 2018 a 2021, manteve-se abaixo do valor máximo permitido. Com relação ao percentual dos gastos com pessoal do município, no mesmo período, o resultado situou-se abaixo do limite máximo, conforme se observa no Quadro 35:

Quadro 35 – Histórico de Despesa com Pessoal (%) – 2018 a 2021

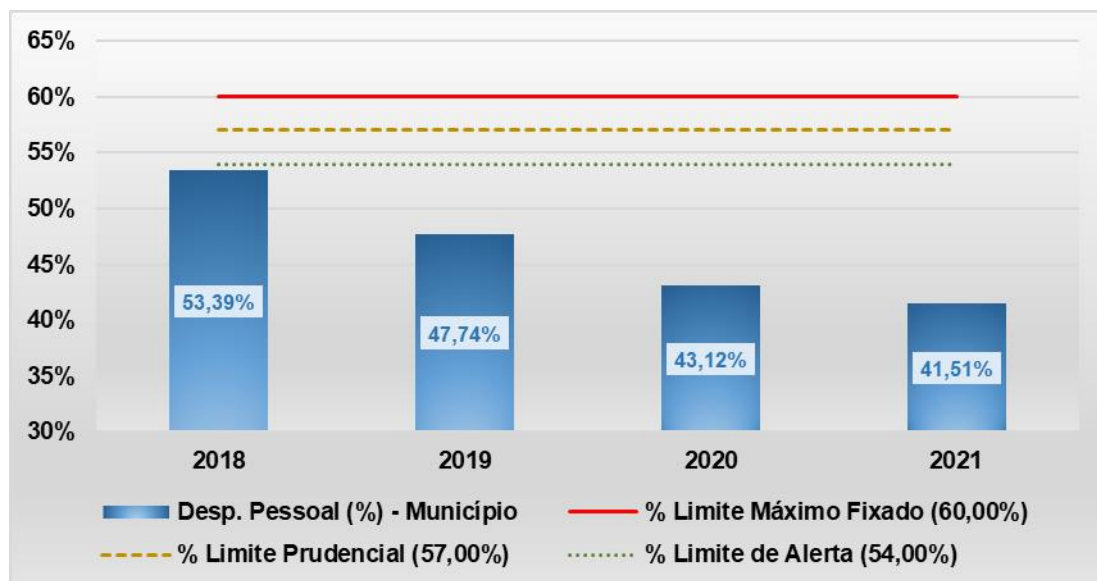
Ano	2018	2019	2020	2021
% máximo fixado (Executivo)	54,00%			
Aplicação - Executivo	51,22%	45,83%	41,36%	39,87%
%r máximo fixado (Município)	60,00%			
Aplicação - Município	53,39%	47,74%	43,12%	41,51%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022





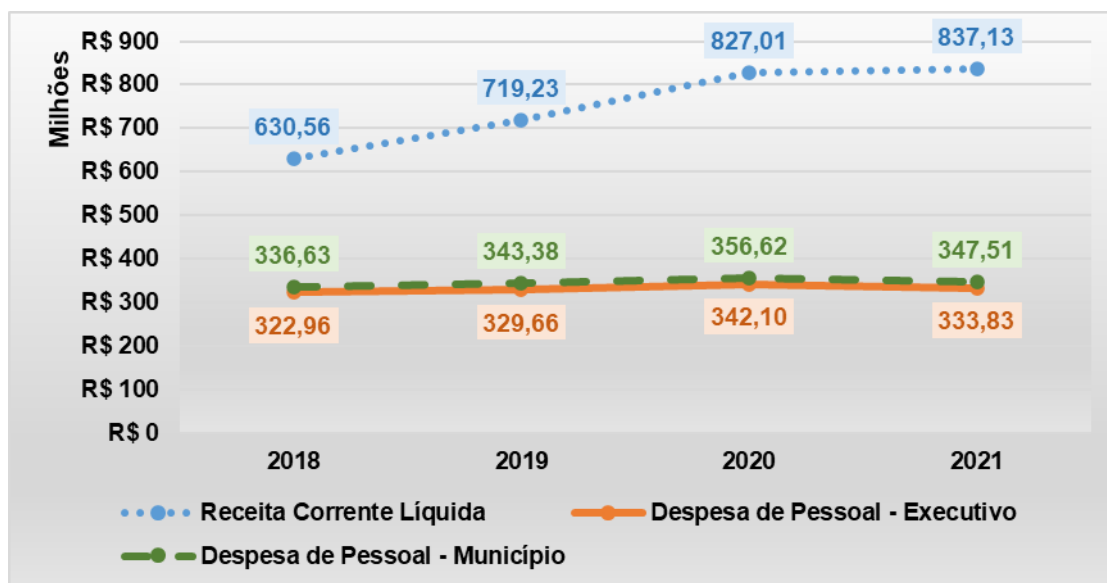
Gráfico 37 – % Aplicado com Despesa de Pessoal do Município



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

74. A série histórica da Receita Corrente Líquida e da Despesa de Pessoal do Poder Executivo e do município no período de 2018 a 2021, está demonstrada no Gráfico 38.

Gráfico 38 – Evolução da Receita Corrente Líquida e Despesa de Pessoal do Poder Executivo e do Município – Atualizada pelo IPCA



Fonte: Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022





6.4. Repasse ao Poder Legislativo:

75. O Poder Executivo repassou à Câmara Municipal o montante de **R\$ 21.411.666,24** (vinte e um milhões, quatrocentos e onze mil, seiscentos e sessenta e seis reais e vinte e quatro centavos), equivalente a **5,88%** (cinco inteiros e oitenta e oito centésimos percentuais) da receita base arrecadada no exercício anterior, situando-se, portanto, dentro do limite constitucional, que é de **6%** (seis por cento).

Quadro 36 – Repasse para o Legislativo – Art.29-A, CF/88

Repasse (R\$)	Receita Base (R\$)	% sobre a Receita Base	Limite Máximo	Situação
21.411.666,24	363.746.668,55	5,88%	6,00%	Regular

Fonte: [Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022](#)

76. A série histórica de percentuais dos repasses para o Poder Legislativo, no período de 2018 a 2021, manteve-se dentro do limite máximo permitido, conforme se observa no Quadro 37:

Quadro 37 – Repasse para o Legislativo (%) – 2018 a 2021

	2018	2019	2020	2021
Valor máximo fixado	6,00%			
% repassado	6,00%	5,90%	5,92%	5,88%

Fonte: [Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022](#)

6.5. Síntese da Observância dos Principais Limites

77. O Quadro 38 sintetiza os percentuais alcançados:





Quadro 38 – Principais Limites Constitucionais e Legais alcançados

Objeto	Norma	Limite Previsto	Percentual Alcançado
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	CF: Art. 212	Mínimo de 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências.	10,55%
Ações e Serviços de Saúde	CF: art. 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT	Mínimo de 15% da receita de impostos refere o artigo 156 e dos recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea “b” e § 3º, todos da Constituição Federal	25,38%
Despesa Total com Pessoal do Município	LRF: Art. 19, III	Máximo de 60% sobre a RCL	41,51%
Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo	LRF: Art. 20, III, b	Máximo de 54% sobre a RCL	39,87%
Repasse ao Poder Legislativo	CF: Art. 29-A	Máximo de 6% sobre a Receita Base	5,88%
Remuneração do Magistério	Lei 14.276/2021: art.26, §2º.	Mínimo de 70% dos recursos do FUNDEB	57,26%

7. Aspectos Previdenciários

7.1. Resultado de Execução Orçamentária do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS

78. O financiamento dos regimes próprios é realizado por meio de contribuições dos servidores e do Ente Público. Também, deve basear-se em princípios técnicos para a preservação de seu equilíbrio financeiro e atuarial, para garantir o pagamento dos benefícios futuros devidos por eles aos seus beneficiários/segurados.

79. O equilíbrio financeiro é obtido quando o que se arrecada dos participantes do regime previdenciário (Ente Federativo e seus respectivos servidores) é suficiente para pagar os benefícios assegurados por esse sistema. Por sua vez, o equilíbrio atuarial é alcançado quando os percentuais de contribuição, a taxa de reposição e o período de duração dos benefícios são definidos a partir dos cálculos atuariais, que devem ser observados pelo Ente, mantiverem o equilíbrio financeiro durante todo o período de existência do regime de previdência.

80. Na comparação das receitas arrecadadas com as despesas executadas pelo RPPS, no período de 2018 a 2021, constata-se superávit no resultado orçamentário. Ao





excluir as receitas intraorçamentárias, o resultado de execução orçamentária do RPPS apresenta déficit no resultado orçamentário em todo o período analisado, conforme demonstrado no Quadro 39:

Quadro 39 – Resultado da Execução Orçamentária – RPPS – Atualizado pelo IPCA

	2018	2019	2020	2021
Receita Própria RPPS (a)	17.529.014,23	18.550.104,45	20.466.918,31	21.803.589,23
Receita Intraorçamentária (b)	31.487.531,22	36.904.786,88	41.196.734,12	37.316.558,18
Receita Orçamentária RPPS - c = (a+b)	49.016.545,44	55.454.891,33	61.663.652,42	59.120.147,41
Despesa Orçamentária RPPS (d)	45.733.567,38	51.202.911,22	56.276.098,44	52.934.947,65
Resultado Orçamentário - e = (c-d)	3.282.978,07	4.251.980,11	5.387.553,99	6.185.199,76
% da Receita - f = (e/c)	6,70%	7,67%	8,74%	10,46%
Resultado da Execução Orçamentária - RPPS (Excluída Rec. Intraorçamentária)				
Receita Própria RPPS (g)	17.529.014,23	18.550.104,45	20.466.918,31	21.803.589,23
Despesa Própria RPPS (h)	45.733.567,38	51.202.911,22	56.276.098,44	52.934.947,65
Resultado Orçamentário - i=(g-h)	-28.204.553,15	-32.652.806,77	-35.809.180,13	-31.131.358,42
% da Receita - j=(i/g)	-160,90%	-176,02%	-174,96%	-142,78%

Fonte: Sistema Aplic - Atualizado em 27/07/2022

7.2. Contribuições Previdenciárias e Parcelamentos Efetuados

81. O caput do art. 40 e o inc. I do art. 195 da Constituição Federal/1988 determinam que será assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, e serão observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, bem como o disposto no artigo supracitado. Além disso, o financiamento da seguridade social será de responsabilidade de toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

82. De acordo com a referida legislação, extrai-se que a Administração Municipal tem a obrigação de contribuir com o custeio do RPPS e que o administrador público tem o dever de cumprir os prazos de pagamento de suas obrigações previdenciárias e, caso configurada a situação de atraso no recolhimento das contribuições patronais e dos segurados, é sua responsabilidade arcar com os juros e multas dele oriundos.



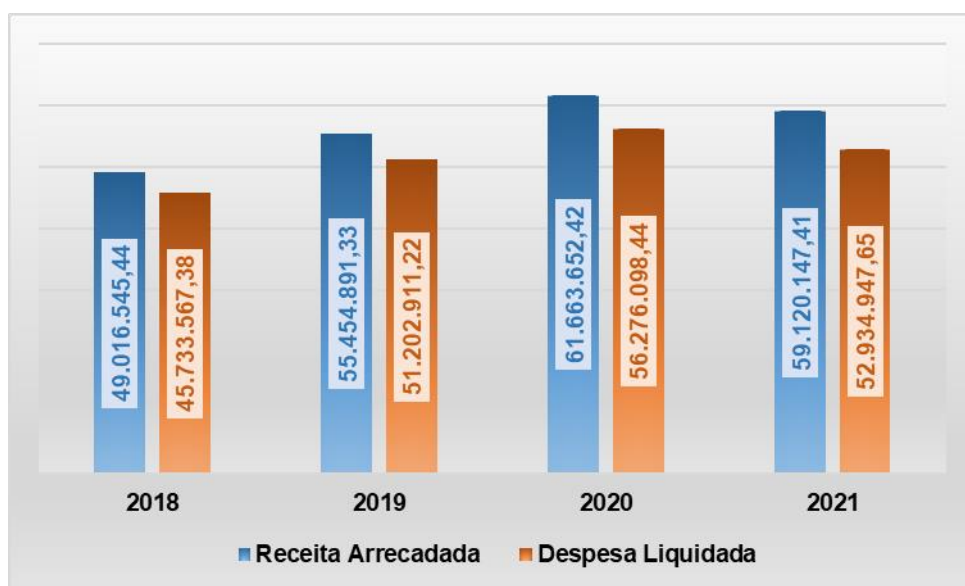


83. Desta forma, ficou constatado a adimplência das contribuições previdenciárias, exercício de 2021, bem como, a existência de parcelamento do Ente pactuado com a Unidade Previdenciária.

7.3. Resultado Financeiro

84. A comparação entre a receita arrecadada pelo RPPS e as despesas liquidada, demonstram a composição do resultado corrente do período de 2018 a 2021. Observa-se que em 2021, a receita arrecadada pelo RPPS foi maior que a despesa liquidada em **R\$ 6.185.199,76** (seis milhões, cento e oitenta e cinco mil, cento e noventa e nove reais e setenta e seis centavos), conforme o gráfico 39.

Gráfico 39 – Receitas Arrecadadas x Despesas Liquidadas – Atualizado pelo IPCA



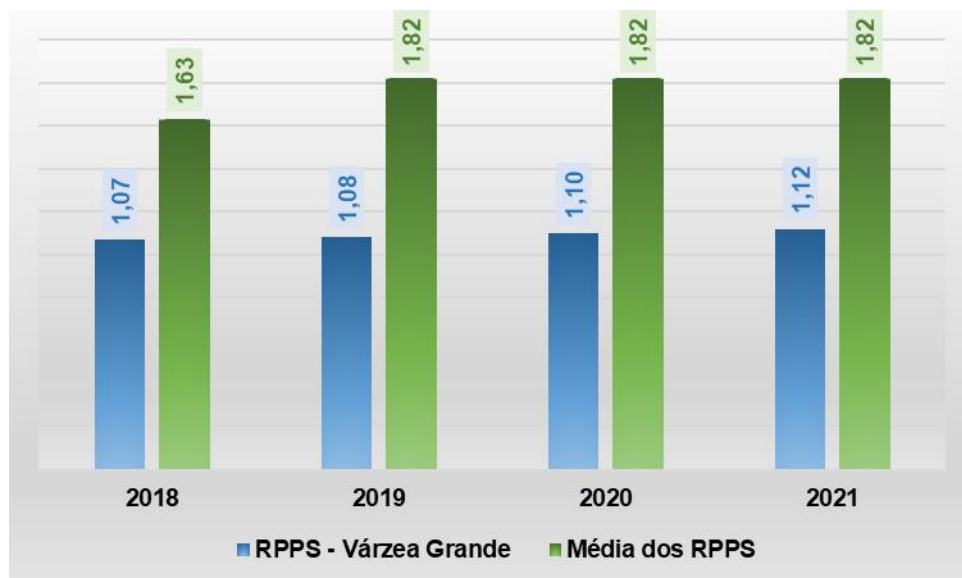
Fonte: <https://radarprevidencia.tce.mt.gov.br/extensions/radarprevidencia/receitadesp.html>

85. A relação receita arrecada e a despesa liquidada em 2021, pelo RPPS de Várzea Grande, resultou em um índice de **1,12**, ficando inferior a média dos RPPS que é de **1,82**, conforme o gráfico a seguir





Gráfico 40 – Índice de Receitas Arrecadadas x Despesas Liquidadas



Fonte: <https://radarprevidencia.tce.mt.gov.br/extensions/radarprevidencia/receitadesp.html>

8. Indicadores

8.1. Carga Tributária *per capita*

86. O indicador de Carga Tributária per capita aponta a contribuição de cada habitante para o financiamento do setor público no Município. Em 2021, a Carga Tributária per capita de Várzea Grande, que é de **R\$ 631,05** (seiscentos e trinta e um reais e cinco centavos), esteve abaixo da média dos municípios do Grupo 5, **R\$ 1.182,34** (um mil, cento e oitenta e dois reais e trinta e quatro centavos) e abaixo da média dos municípios mato-grossenses, **R\$ 961,24** (novecentos e sessenta e um reais e vinte e quatro centavos).

87. É legítima a tese de que quanto maior a eficácia tributária, em que a administração pública conjuga o exercício da competência de instituir com o dever de arrecadar o tributo, maior será a possibilidade de promoção da justiça fiscal.

88. Inclusive, a expressiva distância entre a menor e a maior carga demonstrada nesse ranking merece atenção por parte dos governos municipais, para verificar a relação existente entre seus indicadores de carga e os indicadores de eficácia tributária.

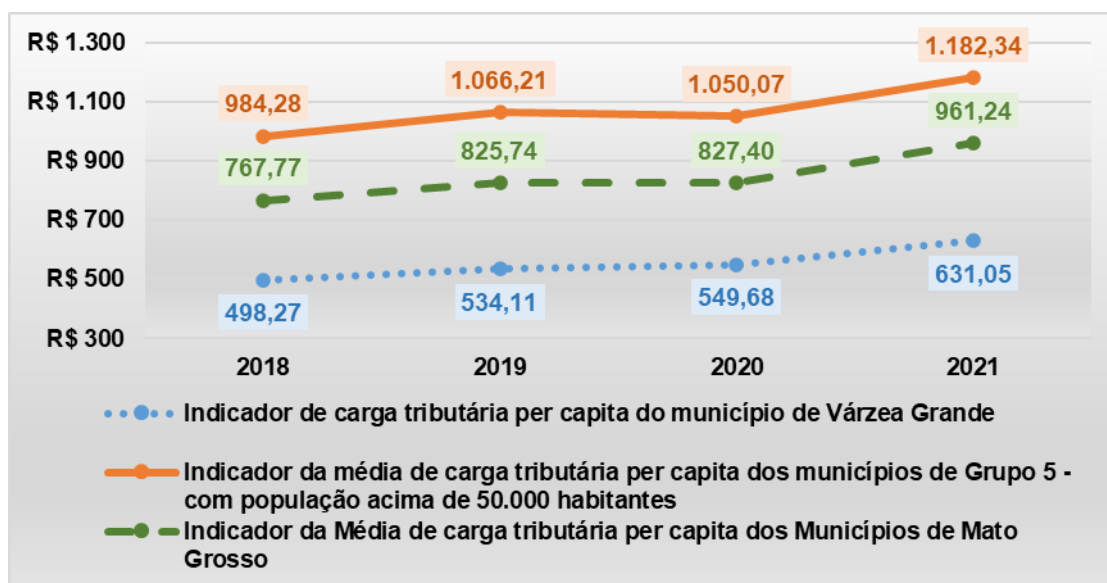




89. O tema envolve grande complexidade e este não é o instrumento adequado ou mesmo oportuno, para o seu estudo. Entretanto, sob a ótica do cidadão, a carga tributária ideal é aquela em que rigorosamente todo indivíduo contribui, no limite da sua capacidade, para que a arrecadação seja suficiente para realizar os serviços e os investimentos necessários ao bom desempenho das políticas públicas.

90. Esses indicadores demonstram que o Município de Várzea Grande, mesmo estando abaixo das média do Grupo 5 e da estadual, implementou políticas para o aumento da arrecadação de Receita Própria Tributária, no período de 2018 a 2021, tendo aumentado em **26,65%** (vinte e seis inteiros e sessenta e cinco centésimos percentuais) a Carga Tributária per capita, como se pode observar no Gráfico 41.

Gráfico 41 – Indicador de Carga Tributária *per capita* – 2018 a 2021 – Atualizado pelo IPCA



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

8.2. Investimento *per capita*

São despesas realizadas com o propósito de criar bens patrimoniais ou de uso da população, ou seja, são destinadas ao planejamento e à execução de obras públicas, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente. O indicador demonstra qual o montante de despesa realizada de investimento por habitante.

91. Nesse indicador, Várzea Grande obteve resultado inferior ao da média dos municípios do Grupo 5, **R\$ 526,58** (quinhentos e vinte e seis reais e cinquenta e oito

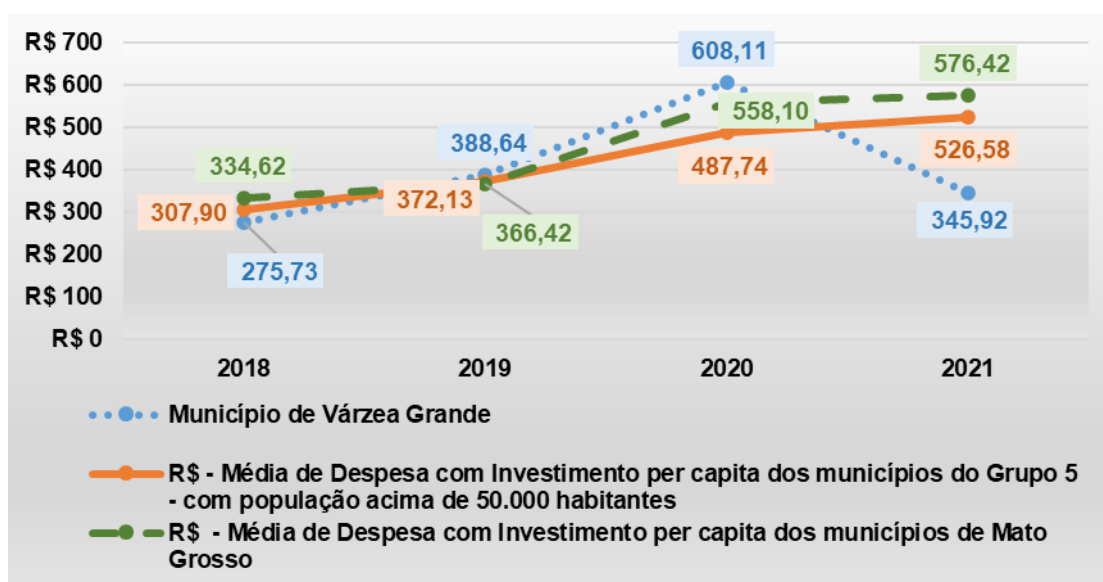




centavos), apresentando resultado de **R\$ 345,92** (trezentos e quarenta e cinco reais e noventa e dois centavos) de investimento per capita; o resultado ficou abaixo da média dos municípios de mato-grossenses que é **R\$ 576,42** (quinhentos e setenta e seis reais e quarenta e dois centavos).

92. O Gráfico 42 demonstra os valores de investimento, pelo município, per capita, no período de 2018 a 2021.

Gráfico 42 – Despesa com Investimento *per capita* – 2018 a 2021 – Atualizado pelo IPCA



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

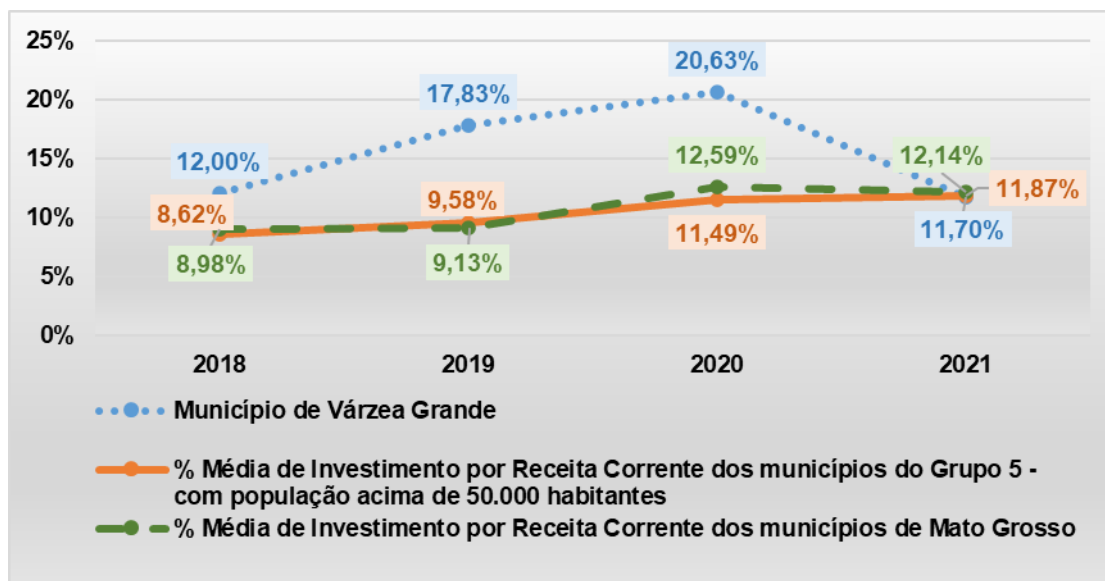
93. Esses indicadores demonstram que houve crescimento, exceto em 2021, nos índices de investimento per capita. O ápice ocorreu no exercício de 2020, quando foram aplicados **R\$ 608,11** (seiscentos e oito reais e onze centavos). Nesse período, o acréscimo no investimento per capita foi de **25,45%** (vinte e cinco inteiros e quarenta e cinco centésimos percentuais).

94. Quando comparado às receitas correntes, verifica-se que o investimento apresentou trajetória similar, pois, em 2018, representava **12%** (doze por cento), tendo atingido, em 2021, **11,7%** (onze inteiros e setenta centésimos percentuais) da receita corrente.





Gráfico 43 – % de Investimento por Receitas Correntes – 2018 a 2021



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

8.3. Indicador de Poupança Corrente

Este indicador procura verificar se o ente está fazendo poupança suficiente para absorver um eventual crescimento de suas despesas correntes acima do crescimento das receitas correntes⁶.

A avaliação da capacidade de pagamento dos entes, realizada pelo Tesouro Nacional, é parte da sistemática observada pela STN quando analisa a concessão de garantia da União aos entes subnacionais. Nesse sentido, é pré-requisito para concessão de aval para contratação de operações de crédito por Estados, Distrito Federal e Municípios. A alteração da metodologia da CAPAG faz parte de um amplo processo de modernização do sistema de garantias para torná-lo mais eficiente, seguro e transparente, assegurando que os Entes apenas celebrem contratos de operação de crédito em volumes sustentáveis. Ela será o principal indicador de saúde fiscal utilizado pelo Tesouro Nacional para definir a trajetória de endividamento dos Entes⁷.

95. De acordo com a Portaria nº 501/2017, cada indicador econômico-financeiro, ou seja, a cada indicador de endividamento, poupança corrente e liquidez, será atribuída uma letra – A, B ou C – que representará a classificação parcial do ente naquele indicador, ressaltando que quanto menor o indicador melhor a classificação.

96. O Indicador de Poupança Corrente é um dos três indicadores econômico-

⁶ http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/590946/CPU_MODULO_17_Sustentabilidade_fiscal_dos_entes_subnacionais.pdf/ce8d792b-f429-47d7-9162-7def228c0eaa

⁷ <http://tesouro.gov.br/sistemagarantiauniao>





financeiros utilizados análise de capacidade de pagamento da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), implementado pela referida portaria, cujo cálculo baseia-se na média ponderada, na relação entre despesa corrente e Receita Corrente Ajustada (liq. Fundeb) dos últimos três exercícios, com os pesos 0,20, 0,30 e 0,50, para os exercícios de 2019 a 2021, respectivamente, e será avaliado conforme discriminado no Quadro 40.

Quadro 40 – Critérios de Classificação do Indicador de Poupança Corrente

INDICADOR	FAIXAS DE VALORES	CLASSIFICAÇÃO PARCIAL
Poupança Corrente - PC	PC < 90%	A
	90% ≤ PC < 95%	B
	PC ≥ 95%	C

97. O Indicador de Poupança Corrente presente neste relatório, está baseado nos critérios e metodologias estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN. No entanto, as informações utilizadas para seu cálculo são extraídas do Sistema de Auditoria Pública Informatizada de Contas – APLIC.

98. O Município de Várzea Grande, no período de 2019 a 2021, ficou pior que a média do Grupo 5, **82,37%** (oitenta e dois inteiros e trinta e sete centésimos percentuais) e pior que a média estadual, **83,98%** (oitenta e três inteiros e noventa e oito centésimos percentuais), tendo alcançado **84,03%** (oitenta e quatro inteiros e três centésimos percentuais) de Poupança Corrente, e obtido, assim, classificação A. Com relação ao exercício de 2021, sua capacidade de Poupança Corrente diminuiu para **85,29%** (oitenta e cinco inteiros e vinte e nove centésimos percentuais), não alterando sua classificação A, como se observa no Quadro 41.

Quadro 41 – Indicador de Poupança Corrente

Município de Várzea Grande (2019-2021)	Grupo 5 - com população acima de 50.000 habitantes (2019-2021)	Média Estadual (2019-2021)	Classificação do Município de Várzea Grande (2019-2021)	Município de (2021)	Classificação do Município de (2021)
84,03%	82,37%	83,98%	A	85,29%	A





8.4. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED

99. O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED foi criado como instrumento de acompanhamento e de fiscalização do processo de admissão e de dispensa de trabalhadores regidos pela CLT, com o objetivo de assistir os desempregados e de apoiar medidas contra o desemprego. Atualmente, os principais objetivos do CAGED são: a) acompanhar e fiscalizar o processo de admissão e dispensa do empregado; b) estabelecer medidas contra o desemprego e dar assistência aos desempregados; c) subsidiar a fiscalização do trabalho; Viabilizar o Pagamento do Seguro-Desemprego; e) atender à Reciclagem Profissional e a recolocação no mercado de trabalho (Intermediação); f) compor o CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais; e g) gerar estatísticas conjunturais sobre o mercado de trabalho celetista.

100. A série histórica de 2018 a 2021 do Município de Várzea Grande, revela que houve aumento do emprego formal, como informa o Quadro 42:

Quadro 42 – Flutuação do Emprego Formal – 2018 a 2021

Ano	Município		Variação Absoluta (a-b)
2018	admissões (a)	19.315	283
	desligamentos (b)	19.032	
2019	admissões (a)	20.823	2.011
	desligamentos (b)	18.812	
2020	admissões (a)	21.612	2.170
	desligamentos (b)	19.442	
2021	admissões (a)	28.079	3.189
	desligamentos (b)	24.890	

Fonte: https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php#
OBS: Ano 2021 – Base – set/21

101. O Ministério do Trabalho, com vistas a complementar as informações contidas na Nota Técnica n.º 082/2011, de 18 de janeiro de 2011, e diante do objetivo de retratar com maior fidedignidade a realidade do mercado de trabalho formal celetista, passou, a partir da competência de janeiro de 2011, a divulgar duas séries de emprego com base no CAGED.

102. Uma série contempla os ajustes e considera as declarações entregues fora do prazo; a outra desconsidera os ajustes, buscando não interromper a série histórica, amplamente utilizada pelos pesquisadores da área do trabalho.





Quadro 43 – Flutuação do Emprego Formal com Ajustes – 2021

Total das Atividades			
IBGE Setor	Admitidos	Desligados	Saldo
1 - EXTR MINERAL	21	24	-3
2 - IND TRANSF	4553	3274	1279
3 - SERV IND UP	173	196	-23
4 - CONSTR CIVIL	1969	2012	-43
5 - COMERCIO	8874	8520	354
6 - SERVICOS	5819	5356	463
8 - AGROPECUARIA	109	96	13
Total	21518	19478	2040

Fonte: https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php#

OBS: Ano 2021 – Base – set/21

Quadro 44 – Ocupações com os Maiores e Menores Saldos – 2021

Ocupações com Maiores Saldos				Ocupações com Menores Saldos			
CBO 2002 Ocupação	Admitidos	Desligados	Saldo	CBO 2002 Ocupação	Admitidos	Desligados	Saldo
784205 - ALIMENTADOR DE LINHA DE PRODUÇÃO	1904	968	936	732120 - INSTALADOR DE LINHAS ELETRICAS DE ALTA E BAIXA - TENSÃO (REDE AEREA E SUBTERRANEA)	1	43	-42
514320 - FAXINEIRO	661	514	147	521110 - VENDEDOR DE COMERCIO VAREJISTA	1555	1596	-41
414105 - ALMOXARIFE	658	517	141	414215 - CONFERENTE DE CARGA E DESCARGA	76	117	-41
521125 - REPOSITOR DE MERCADORIAS	583	472	111	513205 - COZINHEIRO GERAL	152	184	-32
521135 - FRENTISTA	346	238	108	234520 - PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR NA AREA DE PRATICA DE ENSINO	49	79	-30

Fonte: https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php#

OBS: Ano 2021 – Base – set/21

Quadro 45 – Salário Médio de Admissão – 2021

Total das Atividades	
IBGE Setor	Salário Médio de Admissão (R\$)
1 - EXTR MINERAL	1430,29
2 - IND TRANSF	1409,08
3 - SERV IND UP	1359,66
4 - CONSTR CIVIL	1535,92
5 - COMERCIO	1235,63
6 - SERVICOS	1395,50
7 - ADM PUBLICA	0,00
8 - AGROPECUARIA	1406,97

Fonte: https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php#

OBS: Ano 2021 – Base – set/21





9. COVID-19

9.1. Receitas e Despesas – Covid-19

103. Por meio da Lei Complementar nº 173/2020, o Governo Federal estabeleceu o Programa Federativo de Enfretamento ao Coronavírus SARS-CoV (Covid-19), o qual abrange a suspensão dos pagamentos das dívidas contratadas entre a União, os Estados e o Distrito Federal, e os Municípios; reestruturação de operações de crédito interno e externo junto ao sistema financeiro e instituições multilaterais de crédito; e entrega de recursos da União, na forma de auxílio financeiro, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2020, e em ações de enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19).

104. E ainda, de acordo com a Lei nº 14.041/2020, a União prestará apoio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, por meio da entrega do valor correspondente à variação nominal negativa entre os valores creditados a título dos Fundos de Participação de que tratam as alíneas “a” e “b” do inciso I do caput do art. 159 da Constituição Federal nos meses de março a novembro do exercício de 2020 e os valores creditados no mesmo período de 2019, anteriormente à incidência de descontos de qualquer natureza.

105. Por fim, a Lei nº 13.995/2020, dispõe que a União entregará às santas casas e hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio dos fundos de saúde estaduais, distrital ou municipais com os quais estejam contratualizados, auxílio financeiro emergencial no montante de até R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), com o objetivo de prepará-los para trabalhar, de forma articulada com o Ministério da Saúde e com os gestores estaduais, distrital e municipais do SUS, no controle do avanço da epidemia da Covid-19 no território brasileiro e no atendimento à população.

106. O Município de Várzea Grande, recebeu o montante de **R\$ 12.199.194,10** (doze milhões, cento e noventa e nove mil, cento e noventa e quatro reais e dez centavos), para as ações de enfrentamento ao Covid-19, conforme quadro a seguir:





Quadro 46 – Receita Arrecadada Covid – 2021

	Enfrentamento ao Coronavírus	Mitigação dos Efeitos Financeiros	Total	% do Total/ Receita Corrente
Município de Várzea Grande	12.199.194,10	0,00	12.199.194,10	1,42%
Média das Receitas Arrecadadas (Covid) dos municípios do Grupo 5 - com população acima de 50.000 habitantes	19.105.040,88	204.256,56	19.309.297,44	2,59%
Média Estadual	2.561.135,99	20.940,02	2.582.076,01	2,15%

Fonte: <https://covid.tce.mt.gov.br/extensions/covid/painel-receitas.html> . Atualizado em 27/07/2022

107. Em termos percentuais, quando comparado a Receita Corrente, o Município de Várzea Grande, recebeu menos que a média do Grupo 5, e inferior à média estadual.

108. O Município de Várzea Grande registrou despesas empenhadas Covid19, no montante de **R\$ 38.743.993,17** (trinta e oito milhões, setecentos e quarenta e três mil, novecentos e noventa e três reais e dezessete centavos), desse montante **38,14%** (trinta e oito inteiros e quatorze centésimos percentuais) foram realizadas como despesa corrente e 61,86% como despesa de capital, conforme demonstrado no quadro 47.

Quadro 47 – Despesas Empenhada x Liquidada x Paga – Covid-19 – 2021

	Empenhada (a)	Liquidada (b)	Paga (c)
Município de Várzea Grande	38.743.993,17	37.384.741,19	39.101.006,25
% Despesa Corrente	38,14%	38,90%	39,24%
% Despesa de Capital	61,86%	61,10%	60,76%
Média das Despesas Realizadas (Covid) dos municípios do Grupo 5 - com população acima de 50.000 habitantes	18.420.040,52	17.286.635,51	19.448.509,58
% Despesa Corrente	84,78%	85,09%	85,02%
% Despesa de Capital	15,22%	14,91%	14,98%
Média Estadual	3.035.635,98	2.861.871,21	3.159.166,52
% Despesa Corrente	87,45%	88,18%	86,12%
% Despesa de Capital	12,55%	11,82%	13,88%

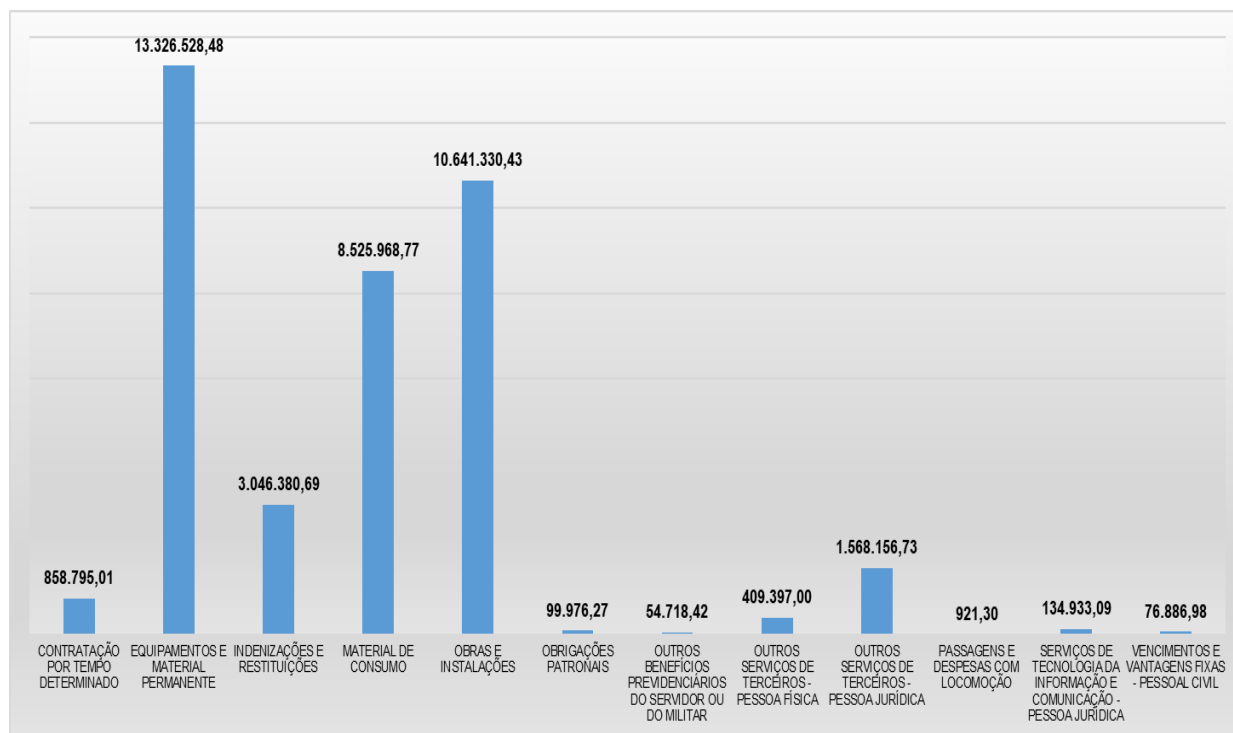
Fonte: <https://covid.tce.mt.gov.br/extensions/covid/painel-despesas.html>.
<https://covid.tce.mt.gov.br/extensions/covid/painel-receitas.html> Atualizado em 27/07/2022





109. O Gráfico 44 demonstra a despesa empenhada por elemento:

Gráfico 44 – Despesas Covid-19 por Elemento – 2021



Fonte: <https://covid.tce.mt.gov.br/extensions/covid/painel-despesas.html>. Atualizado em 27/07/2022

9.2. Receita Arrecadada x Despesa Realizada – Covid-19

110. Comparando a receita arrecadada Covid19 com as despesas liquidadas Covid19, no período 2020 a 2021, constata-se que **86,31%** (oitenta e seis inteiros e trinta e um centésimos percentuais) do montante arrecadado foi executado.

Quadro 48 – Resultado Orçamentário Covid19 – 2021

	2020	2021
Receita Arrecadada (a)	102.987.728,72	12.199.194,10
Despesa Liquidada (b)	62.032.723,13	37.384.741,19
Resultado Orçamentário (c=a-b)	40.955.005,59	-25.185.547,09
Receita Total - 2020/2021 (d)	115.186.922,82	
Despesa Liquidada Total - 2020/2021 (e)	99.417.464,32	
Resultado Orçamentário (f=d-e)	15.769.458,50	
% Execução Orçamentária	86,31%	

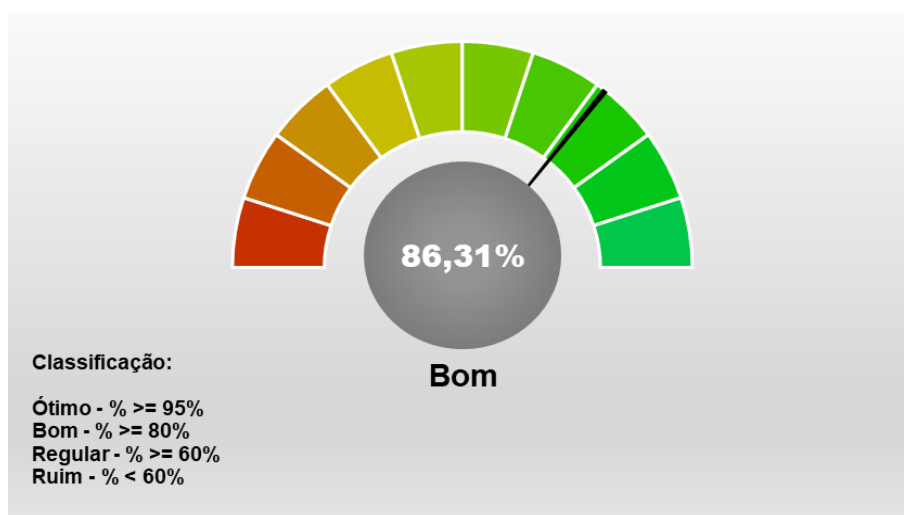
Fonte: <https://covid.tce.mt.gov.br/extensions/covid/painel-despesas.html>. Atualizado em 27/07/2022





111. O gráfico 45 demonstra o percentual de execução orçamentária referente a receita arrecadada – Covid19, o município de Várzea Grande aplicou **86,31%** (oitenta e seis inteiros e trinta e um centésimos percentuais) do montante arrecadado, ficando acima da média do Grupo 5, **65,71%** (sessenta e cinco inteiros e setenta e um centésimos percentuais), e superior a média estadual, **74,09%** (setenta e quatro inteiros e nove centésimos percentuais).

Gráfico 45 – Percentual de Execução Orçamentária Covid19 – 2020/2021



10. Do Relatório Técnico de Auditoria: Secex de Receita e Governo

112. Sob a coordenação da Secretaria de Controle Externo de Receita e Governo, a Auditores Públicos Externo Gabriel Liberato Lopes e Iris Conceição Souza da Silva, após a análise do processo e, ainda, com base em informações prestadas a este Tribunal por meio do sistema APLIC, elaborou o relatório técnico preliminar de auditoria, no qual foram apontadas 8 (oito) irregularidades, atribuídas ao Prefeito.

113. Regularmente citado, o senhor Kalil Sarat Baracat de Arruda, apresentou sua defesa com as justificativas e documentos que entendeu pertinentes. Depois de





analisada, a equipe concluiu pela permanência de 4 irregularidades, sendo 2 graves e 2 moderadas, classificadas nos termos da Resolução Normativa 17/2010, atualizada pela Resolução 2/2015, conforme discriminadas a seguir:

1. **Item 1)** Irregularidade referente à Limite Constitucional/Legal, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa nº 17/2010 – TCE-MT. **AC99 LIMITES CONSTITUCIONAIS/LEGAIS_MODERADA_99.**

1.1. O percentual destinado para os profissionais da educação básica em efetivo exercício (57,26) não assegura o cumprimento do percentual mínimo de 70% estabelecido pela legislação. - Tópico - 2. ANÁLISE DA DEFESA

2. **Item 2)** Registros contábeis incorretos sobre fatos relevantes, implicando na inconsistência dos demonstrativos contábeis (arts. 83 a 106 da Lei 4.320/1964 ou Lei 6.404/1976). **CB02 CONTABILIDADE_GRAVE_02.**

2.1. Divergências de Integridade Numérica entre os saldos de exercícios anteriores apresentados no Balanço Financeiro de 2021 e os saldos do Balanço Financeiro de 2020 informados ao Sistema Aplic, O total dos ingressos e dos dispêndios no Balanço Financeiro de 2021 não são idênticos entre si; o saldo de caixa e equivalentes de Caixa do Balanço Patrimonial não é convergente com o resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro de 2021 e o saldo anterior de caixa e equivalentes de caixa, acarretando em inconsistência da Demonstração Contábil - Tópico - 2. ANÁLISE DA DEFESA

2.2. Divergências de Integridade Numérica do Balanço Patrimonial consolidado de 2021 pois o total do ativo não é coincidente com o total do passivo, o total do resultado financeiro comparativamente ao quadro do Superávit/Déficit financeiro são divergentes entre si e o quadro do superávit/déficit financeiro não apresenta os códigos das descrições de fontes/destinações de recursos. As divergências relatadas representam inconsistências no Balanço Patrimonial do exercício de 2021. - Tópico - 2. ANÁLISE DA DEFESA





2.3. Divergências de Integridade Numérica entre os saldos de exercícios anteriores apresentados na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) de 2021 quando comparada à DVP de 2020 informada ao Sistema Aplic, acarretando em inconsistência da Demonstração Contábil. - Tópico - 2. ANÁLISE DA DEFESA

3. **Item 7)** Irregularidade referente à Gestão Fiscal/Financeira, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa nº 17/2010 – TCE-MT. **DC99 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA_MODERADA_99.**

3.1. Insuficiência financeira para pagamento de restos a pagar por fonte, na fonte 02 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde, no valor de R\$ 205.436,28. - Tópico - 2. ANÁLISE DA DEFESA

4. **Item 9)** Abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes: excesso de arrecadação, superávit financeiro, anulação total ou parcial de dotações e operações de crédito (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43 da Lei 4.320/1964). **FB03 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO_GRAVE_03.**

4.1. Houve a abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de Superávit Financeiro na fonte 42- Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Estado, no valor de R\$ 1.383.087,70. - Tópico - 2. ANÁLISE DA DEFESA

4.2. Houve a abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de Operações de Crédito na fonte de recurso 90 - Operações de crédito internas, no valor de R\$ 70.107.084,41. - Tópico - 2. ANÁLISE DA DEFESA

4.3. Houve abertura de créditos adicionais por excesso de arrecadação sem recursos disponíveis na fonte 00- Recursos ordinários, no valor de R\$ 790.182,45 e na fonte 24- e outras Transferências de Convênios, no valor de R\$ 400.000,00, totalizando R\$ 1.190.182,45 - Tópico - 2. ANÁLISE DA DEFESA





114. A atual autoridade política gestora apresentou alegações finais reforçando os argumentos apresentados em sua defesa.

11. Parecer do Ministério Público de Contas.

115. O Ministério Público de Contas, por meio dos **Pareceres 5249/2022 e 6576/2022**, do Procurador Getúlio Velasco Moreira, opinou pela emissão de Parecer Prévio Favorável à Aprovação das contas de governo da Prefeitura de Várzea Grande, referentes ao exercício de 2021.

116. É o Relatório.

(assinatura digital)

Conselheiro VALTER ALBANO
Relator

